

SIMPÓSIO 8
SINTAXE PORTUGUESA: CONVERGÊNCIAS,
DIVERGÊNCIAS E INFLUÊNCIAS

COORDENADORES:

Barbara Gori
(Università di Padova)

Vanessa Castagna
(Università Ca' Foscari di Venezia)

O BASILETO CRIOULO DAS ILHAS DE CABO VERDE NO ROMANCE *ODJU D'AGU* DE MANUEL VEIGA

Natalia CZOPEK¹

RESUMO

O objetivo principal do nosso trabalho é propor uma descrição dos traços morfossintáticos e ortográficos de uma das variedades do crioulo *kabuverdianu* característica da ilha de Santiago. O corpus de exemplos será fornecido pelo romance *Odju d'Agu* de Manuel Veiga, um texto literário que acrescentará ao nosso estudo uma marcação tipológica e estilística necessariamente especial. Na nossa análise, concentrar-nos-emos na descrição das tentativas de uniformização ortográfica do crioulo que, por sua natureza, é uma língua oral. Apresentaremos as vantagens e as desvantagens de três alfabetos propostos para transformar a oralidade na escrita. Além disso, dentro do enquadramento teórico da morfossintaxe de línguas em contacto, concentrar-nos-emos, entre outros, nos processos de expressão das relações de TMA (tempo-modo-aspeto), no sistema dos pronomes e na ordem dos elementos, na concordância entre diferentes partes da oração e na introdução da negação. Pretendemos sistematizar os fenómenos mais relevantes para a morfossintaxe e a ortografia crioula confirmando as teses do próprio autor sobre a existência de regras gramaticais bem definidas.

PALAVRAS-CHAVE: crioulo; Cabo Verde; morfossintaxe; línguas em contacto; ortografia

O objetivo principal do nosso trabalho é propor uma descrição dos traços morfossintáticos e ortográficos de uma das variedades do crioulo *kabuverdianu*, realçando os vestígios deixados pela língua portuguesa como resultado de migrações e mestiçagem entre diferentes povos. O corpus de exemplos será fornecido pelo romance *Odju d'Agu* de Manuel Veiga (2009), nascido na ilha de Santiago, Cabo Verde. Partindo de um corpus literário, o estudo terá uma marcação tipológica e estilística necessariamente especial. Na nossa análise, dentro do enquadramento teórico da morfossintaxe de línguas em contacto, concentrar-nos-emos sobretudo nos processos de expressão das relações de TMA (tempo-modo-aspeto), na ordem dos elementos, na concordância entre diferentes partes da oração e na introdução da negação. Pretendemos observar e sistematizar os fenómenos mais relevantes para a morfossintaxe crioula, acrescentando alguns comentários imprescindíveis sobre a sua uniformização ortográfica e confirmando as teses do próprio autor sobre a existência de regras gramaticais bem definidas. O nosso estudo, que não pretende de nenhuma forma ser

¹ UJ, Instituto de Filologia Românica, Departamento de Filologia Portuguesa e Estudos de Tradução, al. Mickiewicza 9A (sala 217), 31-120 Kraków, Polónia, morenat@gmail.com.

exaustivo, pode constituir um ponto de partida para uma investigação mais pormenorizada.

1. O autor e a sua obra. A importância da tradição oral

Manuel Veiga, um dos mais destacados linguistas cabo-verdianos, é autor de vários textos de carácter científico como, por exemplo, *O estudo e a prática do crioulo* (comunicação apresentada no colóquio de Mindelo de 1979), *Breves considerações sobre a escrita do crioulo* (Revista *África*, n.º 6) ou *Diskrison Strutural di Lingua Kabuverdianu* (publicado em 1982, em crioulo registado com o alfabeto fonológico do Mindelo). Na área de ficção, destaca a sua obra *Odju d'Agu* (a primeira edição em 1987), o primeiro romance editado em crioulo, que segue o modelo do conto africano tal como existe ainda na tradição oral da ilha de Santiago (Alamda Duarte, 2003:169). No livro entrelaçam-se as diversas etapas da vivência do autor no campo, na cidade, na mãe-pátria, no estrangeiro, na vida real e virtual. O romance foi escrito como expressão de um desafio lançado à sua própria língua, usada por uma sociedade culturalmente híbrida.

O fator linguístico e a evocação à oralidade são as duas razões principais pelas quais a obra analisada é, aos nossos olhos, muito importante para a literatura cabo-verdiana. A tradição oral costuma ser considerada a fonte primordial e o cofre da história e sabedoria dos povos africanos.² A herança oral, guardada e transmitida por mestres da palavra, os chamados *griots*³, e a literatura africana eram tratadas como “continuidade” já pelo grande representante da Negritude, Leopold Senghor.⁴ Para manter o carácter original da mensagem, é bastante importante que esta se transmita na

2 Cf. Postioma (1968): “A palavra no meio africano goza de uma tarefa privilegiada; a palavra que foi pronunciada e produzida pelos antepassados encontra-se hoje como norma doutrinal e moral; ela continua ainda a operar, a instruir, a exortar e a guiar. Em África não falam somente os sábios e os poetas; todos gostam de falar. [...] A palavra é vida, é a expressão da alma, do ser mais profundo, do íntimo do coração. Um homem que não fala é doente ou falecido; falar é mostrar aos outros a própria vida: ‘Eu falo logo existo’. [...] A palavra africana é poderosa, dinâmica, porque é um símbolo que permite a uma força entrar em contacto com outro ser”.

3 O *griot* é um especialista escolhido ou por linhagem, ou por profissão, e só ele detém o conhecimento dos textos mais longos e especiais, como a epopeia, as genealogias ou a crónica histórica (Leite, 1998: 14-39). O seu papel principal é não deixar que toda a bagagem cultural e histórica da tradição oral africana caia em esquecimento e transmiti-la às gerações posteriores.

4 Vejam-se, por exemplo, as considerações de Leopold Senghor acerca da poesia: “Le Nègre singulièrement, qui est d’un monde où la parole se fait spontanément rythme dès que l’homme est ému, rendu à lui même à son authenticité. Oui la parole se fait poème [...]” (Leite, 1998: 14-39).

língua nacional do povo que sem ser apenas um meio de comunicação, “encerra uma carga eminentemente cultural, afetiva, visto que exprime uma determinada visão do mundo [...] que se insere na prática social de cada povo. [...] Numa situação de bilinguismo, mesmo total, a utilização de uma língua ou de outra não se efetua de forma arbitrária” (Almada Duarte, 2003:22, 128-129)⁵ e o crioulo cabo-verdiano, apesar de 90% do seu atual léxico ser de origem portuguesa, é um sistema autónomo capaz de satisfazer as necessidades comunicativas dos seus utilizadores.

2. O *kabuverdianu* e as suas variedades. Definição de basileto

Entre os sistemas linguísticos das ilhas de Cabo Verde podem observar-se algumas divergências que fazem com que o crioulo cabo-verdiano não seja tratado sempre como um sistema único mas também como duas grandes variantes para cada grupo de ilhas, as do Barlavento e as do Sotavento⁶, ou um conjunto de muitos sistemas independentes. Distinguem-se três razões principais desta situação:

1. Fatores cronológico-geográficos: o povoamento das ilhas realizou-se em épocas diferentes, sendo a ilha de Santiago primeira a receber colonos, provavelmente em 1462. As comunidades do Barlavento e do Sotavento ficaram isoladas durante muito tempo.

5 Durante a luta de libertação, por exemplo, o crioulo foi, pode-se dizer, a língua da luta.

6 A variante do Sotavento formou-se, após o primeiro povoamento, dos elementos do português dos séculos XV/XVI e das línguas africanas faladas pelos primeiros escravos nas ilhas de Santiago e, poucos anos depois, nas do Fogo, da Brava e do Maio e a do Barlavento (conhecida como a variante do Mindelo) começou a formar-se só a partir dos finais do século XVIII, na ilha de São Vicente, com forte influência do português europeu, como resultado da confluência do crioulo basileto de Santiago, e foi levada posteriormente às ilhas de Santo Antão, São Nicolau e Boavista. Há quem constata que o sistema de São Nicolau constitui uma interseção entre as variantes do Sotavento e do Barlavento (Delgado, 2009:149). A estabilização da variante do Barlavento deu-se a partir da estabilização da variante do Mindelo, em 1875 (Delgado, 2009: 104, 137). Dulce Almada Duarte (2003) defende que, apesar da variação dialetal, o crioulo é uma língua com unidade suficiente para que haja comunicação entre os falantes das diferentes ilhas e Manuel Veiga (2000a) constata que “[...] a nível de estrutura profunda, existe um único crioulo, razão por que há uma intercompreensão razoável desde as ilhas mais ao Norte (Barlavento) até às ilhas mais ao Sul (Sotavento). [...] não se pode falar de nove crioulos em Cabo Verde, mas sim de um único código que se atualiza, na estrutura de superfície, em diversos dialetos”. Só se falaria de vários crioulos no país se não se verificasse a intercompreensão entre os falantes dessa região. A base da formação é um crioulo basileto dos séculos XV/XVI, do qual nasceram as diferentes variações regionais (Delgado, 2009: 140-141). Portanto, pode-se admitir a existência das duas grandes variantes e seus respetivos dialetos insulares, sendo todos os sistemas intercompreensíveis.

2. Fatores sociolinguísticos: o crioulo cabo-verdiano formou-se no contexto multilingue de interferências entre as línguas trazidas pelos escravos e os dialetos trazidos pelos colonos a um território desabitado.⁷
3. Fatores sociolinguísticos posteriores⁸: diferentes níveis de intensidade de contacto com o português⁹, mas também cada vez mais com o inglês e o francês, línguas de maior prestígio social e mais funcionais, que pode originar o processo de descrioulização, isto é, perda por parte do crioulo da sua autonomia estrutural, lexical e semântica devido à entrada de neologismos e estrangeirismos.¹⁰ Este processo é mais característico das cidades onde se pode observar um contínuo de variedades diastráticas. A forma basiletal do crioulo é usada por crioulófonos monolingues e, por não ter recebido influências notórias do português, conserva a estrutura morfossintática que o crioulo adquiriu ao se afirmar e se autonomizar face às línguas que estão na sua origem. É a forma que, além da tradição oral, mais facilmente se pode encontrar na poesia, como, por exemplo, no livro titulado *Noti* de Kaoberdiano Dambará (Alamada Duarte, 2003:181). Adquirindo traços linguísticos próprios do português, pode transformar-se em mesoleto, código muitas vezes encontrado na prosa dos autores bilingues e na fala das pessoas com a mesma característica linguística. Se a influência do português for ainda maior, pode falar-se de acroleto, uma variedade do crioulo profundamente modificada em termos morfossintáticos e lexicais. Assim, é o basileto a forma mais “pura” do crioulo, o chamado “crioulo fundo”¹¹, que ainda se pode encontrar em várias localidades da ilha de Santiago onde se mantém um certo conservadorismo linguístico, sobretudo nas zonas rurais mais isoladas. Mesmo assim, “é bastante difícil encontrar falantes monolingues que

7 A ilha de Santiago foi povoada com escravos oriundos da costa ocidental africana e com colonos do norte de Portugal, e a ilha de São Vicente, por sua vez, com habitantes das outras ilhas (por exemplo, de Santiago, com um crioulo já consolidado, e de Santo Antão e São Nicolau), dos Açores e do Portugal continental (Delgado, 2009:105-106). O crioulo de Santiago contribuiu então para a formação das variantes das outras ilhas mas a variante do Barlavento ficou muito mais influenciada pelo português.

8 Ver a lista de fatores que têm determinado a evolução do crioulo proposta por Veiga (1982: 32-33).

9 Cf. António Carreira *apud* Almada Duarte (2003:87-88): «[...] no século XVII (e grande parte do século XVIII) houve um verdadeiro êxodo de “homens brancos”, nesse período já mais “homens de posses ou de “teres” que de “qualidade”, para os rios da Guiné, fugindo ao cerco económico imposto pela série de leis restritivas das atividades mercantis, chegando a população de Santiago a ficar reduzida a “pouco mais de 20 homens brancos [...] a imigração branca (forçada) tomou maior vulto apenas no séc. XIX. Isso quer dizer que, durante quatro séculos, o elemento africano foi largamente preponderante no processo de formação da sociedade cabo-verdiana».

10 Dulce Pereira (*apud* Delgado, 2009:109) defende que este fenómeno começou no século XIX com o povoamento de São Vicente onde muitos termos africanos caíram em desuso devido à generalização do ensino em português e ao desprestígio do crioulo, proibido na administração pública.

11 O chamado “crioulo leve” é típico da ilha de São Vicente, à versão acroleto, mais aportuguesada.

mantenham intatas as estruturas linguísticas nucleares do crioulo cabo-verdiano” (Almada Duarte, 2003:55).

Como se pode ver, então, as divergências observadas entre as ilhas devem-se a um conjunto de fatores geográficos e sociais, ao esquema e à época de formação, às línguas que contribuíram ao seu surgimento, à intensidade do contacto com o português e às migrações.

3. Representação ortográfica do basileto santiaguense

As línguas crioulas costumam ser classificadas como sistemas maioritariamente orais o que, como afirma Dulce Almada Duarte (2003: 26, 123-124)¹², não pode ser razão do seu desprezo, já que todas as línguas do mundo passaram por uma fase de exclusiva oralidade. No caso do *kabuverdiano*, as primeiras tentativas de registo escrito datam do século XIX (Almada Duarte, 2003:169).¹³ Seguem-nas diferentes propostas de standardização ortográfica que oscilam entre a escrita etimológica e a fonológica sem que se elabore uma versão final e comum para todas as ilhas do arquipélago.¹⁴ A escrita é uma convenção que precisa de ser bem recebida pelos futuros utentes. O caso de Cabo Verde prova a complexidade do problema de padronização ortográfica, já que implica não só considerações linguísticas mas também sociológicas, psicológicas, políticas, pedagógicas e até económicas. Assim, temos de realçar que o objeto da nossa

12 Cf. os testemunhos de António Pusich, José Conrado Chelmichi, Francisco Adolfo Varnhagen e José Joaquim Lopes de Lima, citados pela mesma autora, acerca do estatuto do crioulo no século XIX: “A língua que usam é um ridículo crioulo, diferente em cada ilha na pronúncia, e em muitos termos, sendo como vergonha entre eles, e mui particularmente entre as mulheres, o falarem e o usarem o idioma do Reino. [...] são apenas os filhos de Portugal que ainda falam a língua portuguesa; e, mesmo estes, acostumam-se logo à ridícula linguagem do país, geralmente usada e chamada a língua crioula, idioma o mais perverso, corrupto e imperfeito, sem construção, sem gramática, e que se não pode escrever [...] gíria ridícula, composto monstruoso de antigo português e das línguas da Guiné, que aquele povo tanto preza, o os mesmos brancos se comprazem a imitar [...]. A língua portuguesa pura é por um hábito inexplicável desusada no trato familiar [...] substituíram-lhe uma algaravia mestiça de termos africanos e português antiquado [...] pronunciado velozmente com terminações guturais [...] sem gramática, nem regras fixas, e que varia de ilhas para ilhas”.

13 As primeiras obras linguísticas dedicadas ao crioulo são *Os dialetos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América* de Francisco Adolfo Coelho, de 1880, e *Apontamentos para a gramática do crioulo que se fala na ilha de Santiago* escritos por António de Paula Brito em 1885 e publicados em 1888.

14 Almada Duarte (2003:169-170) afirma até que o crioulo tem sido escrito, desde há mais de um século, como um verdadeiro idioleto, segundo o bel-prazer daqueles que experimentam a necessidade de o fazer, indicando como as possíveis razões desta situação o seu estatuto como língua dominada e a sua ausência no processo de escolarização.

análise não é uma grafia padronizada de uma língua escrita mas uma das propostas de registo de uma língua que, apesar de ser maioritariamente oral, chegou a ser utilizada em várias produções intelectuais, como poesia lírica, contos ou crónicas.¹⁵

Na obra produzida antes da independência nacional observa-se o uso exclusivo da grafia etimológica que em prática consiste na aplicação da ortografia do português para registar, muitas vezes de uma forma imprecisa, os fonemas do crioulo. Por um lado, une o cabo-verdiano com uma língua de maior prestígio mas, por outro, implica a sua subordinação diacrónica, sem fornecer instrumentos para representação de todas as variedades insulares (Almada Duarte, 2003: 187-194).¹⁶ É a chamada escrita tradicional, de escassa sistematicidade e pouco económica, pois para o mesmo fonema existem vários grafemas, refletindo muitas vezes marcas regionalistas da proveniência do autor. Após o primeiro colóquio linguístico realizado em Cabo Verde em abril de 1979, conhecido como Colóquio do Mindelo, alguns autores, na sua maioria de Santiago, começaram a servir-se do alfabeto fonológico (Almada Duarte, 2003:174). Este sistema tem como principal objetivo a preservação da autonomia fonética do crioulo, afastando a sua ortografia da escrita portuguesa e diminuindo o perigo de descrioulização. Escolheu-se a variante de Santiago¹⁷ para elaboração de um alfabeto (o chamado “alfabeto do chapéu”) no qual cada grafema corresponde a um fonema e cada fonema a um grafema, sendo, portanto, a relação entre grafemas e fonemas biunívoca.¹⁸ Recomenda-se a adaptação dos grafemas do IAI (alfabeto do Instituto Africano Internacional), uma adaptação do IPA (Alfabeto Fonético Internacional). Em consequência, o alfabeto crioulo contém 5 vogais orais: a, e, o, i, u; 5 vogais nasais: an, en, on, in, un; e 20 consoantes: b, s, d, f, g, ž, j, l, Ĩ, m, n, n^, p, k, r, t, v, š, ç, z, sendo o ^ sinal diacrítico de palatalização.¹⁹ Como uma proposta nova, o alfabeto fonológico era para ser debatido pela população bilingue, o que nunca aconteceu. O sistema não se

15 Veja-se a lista dos textos publicados em crioulo em Almada Duarte (2003:171-179).

16 A autora alude, entre outros, ao exemplo do *e* final pronunciado em Santiago como [i], o que resultaria na seguinte representação fonológica: *sodadi, parenti, noti*; e etimológica: *sodade, parente, note*. Neste último caso, nota-se uma tendência à descrioulização pois as diferenças de carácter fonológico não são relevantes.

17 Cf. Almada Duarte (2003:193-194): a variante de Santiago foi escolhida por ter o maior número de falantes, por ter conservado melhor o vocalismo dos étimos, por ter menos casos de morfofonologia e por razões sócio-políticas e culturais, como a sua proximidade do crioulo da Guiné-Bissau. Cf. também Veiga (1982:21).

18 Esta relação não se observa na escrita etimológica na qual temos, por exemplo, quatro representações gráficas do fonema [s]: *s, c (+ e, i), ç* ou *ss*; ou quatro realizações fonológicas do grafema *s*: [s], [z], [ʒ] e [ʃ].

19 A correspondência das consoantes do alfabeto etimológico é a seguinte: *s* (*s, c, ss, ç*); *g* (*g, gu*); *ž* (*j, ge, gi*); *j* (*dj*); *Ĩ* (*lh*); *n^* (*nh*); *k* (*c, qu*); *r* (*r, rr*); *š* (*ch, s, x*); *č* (*tx*); *z* (*z, s, x*). Cf. as regras ortográficas propostas no Colóquio em Delgado (2009:339-341) e em Veiga (1982:29-50).

oficializou propulsando a manutenção da tradição etimológica. No entanto, podem se indicar alguns casos do seu uso semi-oficial (Almada Duarte, 2003:200-203).²⁰ Logo depois do Colóquio, Manuel Veiga realizou um estudo comparativo de quatro variantes do crioulo cabo-verdiano *Diskrison Struktural di Lingua Kabuverdianu*, que foi publicado inteiramente em crioulo de acordo com as regras da escrita fonológica.

Em 1989, como resposta às críticas dirigidas aos dois sistemas gráficos, no Fórum Internacional da Praia apresentou-se uma proposta de alfabeto situada entre a prática tradicional e a escrita fonológica que também não chegou a ser oficializada.²¹ Em 1993, criou-se um grupo para a padronização do alfabeto que, tomando em consideração tanto fatores linguísticos como sociolinguísticos, apresentou o ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano), que visava juntar os dois modelos, o etimológico e o fonológico, isto é, a economia e o fator histórico. De acordo com as suas regras, cada som corresponde a um símbolo e todas as letras são de base latina.²² Constatou-se também que, no futuro, seria preciso criar dois alfabetos interdialetais para cada grupo de ilhas. O ALUPEC despertou várias controvérsias, por exemplo relativamente à introdução de alguns sons ou às regras de acentuação mas acabou por ser aprovado através da lei, em 1998, como suficientemente capaz de encontrar soluções para um país de multiplicidade de variantes.

Na sua obra de ficção *Oju d'Agu*, publicada pela primeira vez em 1987, Manuel Veiga optou pelo basileto registado com o alfabeto do Mindelo.²³ No entanto, na edição de 2009 seguem-se as modificações introduzidas pelo ALUPEC, visíveis já no título da obra – *Odju d'Agu*.²⁴ Por conseguinte, podem-se observar as seguintes transformações que sofre a oralidade ao ser registada na escrita:

3.1 Sistema vocálico e consonântico²⁵

Adotam-se alguns ajustamentos relativamente à escrita etimológica. O chamado sistema de “chapéu de	<i>dja</i> (já) ²⁷ ; <i>txigaba</i> (chegava); <i>djunta</i> (juntar); <i>jiradisku</i> (gira-discos); <i>katxor</i> (cachorro); <i>midju</i> (milho); <i>vijaji</i> (viagem);
--	---

20 A autora menciona também alguns casos de uso das duas grafias ao mesmo tempo, como *Na Kantar di Sol* de Euricles Rodrigues (1991).

21 Cf. a lista das modificações propostas no Fórum da Praia em Almada Duarte (2003:202-204) e Veiga (2000a:12-15).

22 Cf. as regras ortográficas do ALUPEC em (Delgado, 2009:343-366) e Veiga (2000a:15-17).

23 Porém, o próprio Manuel Veiga (2000c:263) afirma que a escrita é apenas um meio e não um fim; um sistema arbitrário de transferenciada linguagem oral, o seu suporte subsidiário.

24 Cf. http://www.nhaterra.com.cv/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=1005 (15.09.2015)

25 Nesta parte, seguem-se as regras descritas em Delgado (2009:342-367).

<p>palatalização” fica modificado pela introdução dos símbolos <i>tx</i> (pelo <i>tch</i> etimológico e <i>ê</i> do alfabeto do Mindelo), <i>dj</i>, <i>nh</i>, <i>x</i>, <i>j</i> e <i>lh</i>.²⁶Recuperaram-se, portanto, muitos palatais etimológicos, alguns com simplificações (dígrafo pelo trígrafo, como o <i>tx</i> pelo <i>tch</i>)</p>	<p><i>fidju</i> (filho); <i>murutxa</i> (murchar); <i>dinheru</i> (dinheiro); <i>ta intxiba</i> (enchia-se); <i>matxicadu</i> (machucado); <i>xanpanhi</i> (champanhe); <i>kunpanheru</i> (companheiro); <i>sinhor</i> (senhor); <i>diriji-nos</i> (dirigir-nos); <i>ralijozu</i> (religioso); <i>nha</i> (meu/minha); <i>txon</i> (chão); <i>intilijenti</i> (inteligente); <i>txeu</i> (cheio); <i>dirijenti</i> (dirigente); <i>jestikulaba</i> (gesticulava); <i>jente</i> (gente); <i>imajiná</i> (imaginar); <i>kaminhu</i> (caminho); <i>mantxa</i> (mancha); <i>burgónha</i> (vergonha); <i>trabadja</i> (trabalhar); <i>jéstu</i> (gesto); <i>matxu</i> (macho); <i>mudjer</i> (mulher); <i>unha</i> (unha); <i>Rejina</i> (Regina); <i>burmedju</i> (vermelho); <i>kanpainha</i> (campainha); <i>djustisa</i> (justiça); <i>rijimi</i> (regime); <i>txobe</i> (chover); <i>txuba</i> (chuva); <i>kumunhan</i> (comunhão); <i>txiga</i> (chegar); <i>koraji</i> (coragem); <i>paxon</i> (paixão); <i>atxa</i> (achar); <i>intxi</i> (encher); <i>txupa</i> (chupar); <i>konsedja</i> (aconselhar); <i>tosinhu</i> (toucinho); <i>lonji</i> (longe); <i>kexa</i> (queixa); <i>paxon</i> (paixão); <i>txera</i> (cheirar); <i>txora</i> (chorar); <i>sunha</i> (sonhar); <i>bédjus</i> (velhos); <i>fulha</i> (folhar); <i>fixon</i> (feijão); <i>grexa</i> (igreja)</p>
<p>Conservam-se algumas outras letras da escrita etimológica (<i>s</i>, <i>g</i>, <i>z</i>), na maior parte dos casos com o valor de biunivocidade que não possuíam antes. Os sons [s] e [z] têm uma representação <i>s</i> e <i>z</i>, respetivamente, mas podem observar-se raras hesitações ortográficas na representação do <i>s</i> com o <i>x</i> e na representação do [z] com o <i>s</i></p>	<p><i>algen</i> (alguém); <i>kabésa</i> (cabeça); <i>pozison</i> (posição); <i>prisizamenti</i> (precisamente); <i>sigi</i> (seguir); <i>sértu</i> (certo); <i>sivilizason</i> (civilização); <i>sukri</i> (açúcar); <i>sédu</i> (cedo); <i>rasebe</i> (receber); <i>sen</i> (sem); <i>nase</i> (nacer); <i>sénpri</i> (sempre); <i>koza</i> (coisa); <i>isu</i> (isso); <i>klasi</i> (classe); <i>selebra</i> (celebrar); <i>izami</i> (exame); <i>prizidenti</i> (presidente); <i>abundansa</i> (abundância); <i>atenson</i> (atenção); <i>múzika</i> (música); <i>dizafinadu</i> (desafinado); <i>forsa</i> (força); <i>sivil</i> (civil); <i>injustisa</i> (injustiça); <i>izénplu</i> (exemplo); <i>diziguldadi</i> (desigualdade); <i>diféza</i> (defesa); <i>siénsa</i> (ciência); <i>bosê</i> (você); <i>ningen</i> (ninguém); <i>konsigi</i> (conseguir); <i>raspirason</i> (respiração); <i>satisfase</i> (satisfazer); <i>liseu</i> (liceu); <i>kuazi</i> (quase); <i>buluza</i> (blusa); <i>atrazu</i> (atraso); <i>dezusper</i></p>

27 Todos os exemplos citados provêm do romance de Manuel Veiga, *Odju d’Agu*, edição de 2009, pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, na cidade da Praia (páginas 9-31).

26 Cf. Veiga (1982:37): Os sons representados antigamente por *ê* e *ê*, e agora por *tch* e *dj*, podem ser resultado da influência do substrato africano ou, no primeiro caso, do português antigo. “Segundu opinion di êeu algen (Baltasar Lopes, Dulce Duarte, Rosine Santos) tudu palavra ki na purtuges arkaiku ta skrebada ch y ta prunusiada ê kontinua ê na kriolu, inbóra ivuluson diakróniku di purtuges transforma tudu kazu di ch (ê) antigo na ch (ê)”.
 27

	(desespero); <i>okazion</i> (ocasião); <i>présa</i> (pressa); <i>izistiba</i> (existia); <i>izisténsia</i> (existência); <i>brasu</i> (braço) <u>mas</u> : <i>xintadu</i> (sentado); <i>fase</i> (fazer); <i>kasa</i> (casa); <i>xinti</i> (sentir); <i>paxénxa</i> (paciência); <i>nxina</i> (ensinar); <i>rikésa</i> (riqueza)
A letra k passa a representar o fonema [k] em todos os contextos ²⁸	<i>ki</i> (que); <i>fika</i> (ficar); <i>kai</i> (cai); <i>ken</i> (quem); <i>makaku</i> (macaco); <i>kuazi</i> (quase); <i>skina</i> (esquina); <i>fraku</i> (fraco); <i>kustumadu</i> (acostumado); <i>ku</i> (com); <i>kré</i> (querer); <i>kumida</i> (comida); <i>sukri</i> (açúcar); <i>kuarta</i> (quarta), <i>klasi</i> (classe); <i>kel</i> (aquele); <i>riku</i> (rico); <i>Áfrika</i> (África); <i>kanpu</i> (campo); <i>kintal</i> (quintal); <i>branku</i> (branco); <i>pur kauza di kanpanha</i> (por causa da campanha); <i>kai</i> (cair); <i>elokuenti</i> (eloquente); <i>kaba</i> (acabar); <i>béku</i> (beco); <i>skuridon</i> (escuridão); <i>porku</i> (porco); <i>diklara</i> (declarar); <i>koraji</i> (coragem); <i>kazaku</i> (casaco); <i>kinhentus</i> (quinhentos); <i>kexa</i> (queixar)
O e mudo não se regista ou é substituído pelo i . Este fenómeno pode-se observar raramente na terminação nasal -em .	<i>dizénbru</i> (dezembro); <i>ki</i> (que); <i>tardi</i> (tarde); <i>ignoranti</i> (ignorante); <i>parti</i> (parte); <i>xanpanhi</i> (champanhe); <i>krimi</i> (crime); <i>idadi</i> (idade); <i>di</i> (de); <i>pidi</i> (pedir); <i>dizigualdade</i> (desigualdade); <i>stranhamenti</i> (estranhamente); <i>bistidu</i> (vestido); <i>filisidadi</i> (felicidade); <i>dinati di</i> (diante de); <i>diklara</i> (declarar); <i>antis di</i> (antes de); <i>xinti</i> (sentir); <i>izatamenti</i> (exatamente); <i>entritanto</i> (entretanto); <i>ómi</i> (homem)
O verbo ser na terceira pessoa do singular (<i>é</i> ou <i>ê</i> etimológicos; <i>e</i> no alfabeto do Mindelo) acaba por ter a forma de é (com o acento gráfico discutível por causa da perda da sua função distintiva)	<i>sumóla é na Grexa</i> (a esmola é na igreja); <i>si raspósta é sênpri omésma koza</i> (a sua resposta é sempre a mesma); <i>tudo é fésta, é alegria</i> (tudo é festa, é alegria); <i>kauberdianu é negru</i> (cabo-verdiano é negro); <i>es koza é mute inportante</i> (esta coisa é muito importante); <i>kuzé ki é lei</i> (o que é que é lei)
A nasalização continua a ser marcada pelo n e nunca pelo m O N representa convencionalmente o pronome da primeira pessoa do singular Observam-se raras hesitações na representação do ditongo -ão e poucos casos de manutenção do til e de perda da	<i>dizénbru</i> (dezembro); <i>ténpu</i> (tempo); <i>kunpra</i> (comprar); <i>ken</i> (quem); <i>anton</i> (então); <i>ninhun</i> (nenhum); <i>idukason</i> (educação); <i>nporta</i> (importar); <i>sênpri</i> (sempre); <i>ten</i> (tem); <i>fixon</i> (feijão); <i>algen</i> (alguém); <i>kunpanheru</i> (companheiro); <i>pavon</i> (pavão); <i>gratidon</i> (gratidão); <i>jardin</i>

28 Cf. Doneux (2000:153): A decisão de introduzir a letra k no alfabeto de Cabo Verde despertou muita polémica, por vezes “de caráter extremamente emocional. Pouco faltou para se ter feito disso um símbolo nacionalista”. No entanto, o autor defende a sua presença como um elemento analógico à grafia de muitas línguas africanas, que pode favorecer a uniformização.

<p>nasalidade na terminação - <i>em</i></p>	<p>(jardim); <i>txon</i> (chão); <i>kunpridu</i> (comprido); <i>inportante</i> (importante); <i>tenporal</i> (temporal); <i>raspirason</i> (respiração); <i>linpaba</i> (limpaba); <i>pon</i> (pão); <i>lenbra</i> (lembrar); <i>non</i> (não); <i>izénplu</i> (exemplo); <i>bon</i> (bom); <i>pulmanhan</i> (pela manhã) <i>N ka sa ta konta</i> (eu não estou a contar); <i>N sta odjá</i> (eu estou a olhar); <i>N prifiri ser labrador di txon</i> (eu prefiro ser lavrador de chão) <u>mas</u>: <i>mãi</i> (mãe); <i>perdisãu</i> (perdição); <i>skuridãu</i> (escuridão); <i>kumunhan</i> (comunhão); <i>tanbe</i> (também); <i>aonte</i> (ontem)</p>
<p>A vibrante simples e múltipla continuam com a mesma representação <i>r</i>, já que os falantes do Sotavento, sobretudo do crioulo basiletal, não fazem esta distinção ao nível da oralidade</p>	<p><i>buru</i> (burro); <i>téra</i> (terra); <i>interogason</i> (interrogação); <i>bariga</i> (barriga); <i>sigaru</i> (cigarro); <i>korenti</i> (corrente); <i>karu</i> (carro); <i>tereru</i> (terreiro); <i>móre</i> (morrer); <i>porada</i> (porrada); <i>géra</i> (guerra)</p>
<p>O b continua a ter maior número de ocorrências do que o <i>v</i>²⁹</p>	<p><i>obi</i> (ouvir); <i>bida</i> (vida); <i>nobidadadi</i> (novidade); <i>bira</i> (virar); <i>baka</i> (vaca); <i>kabalu</i> (cavalo); <i>uba</i> (uivar); <i>burgónha</i> (vergonha); <i>Kauberdi</i> (Cabo Verde); <i>bara berdi</i> (vara verde); <i>bá</i> (vai); <i>burmedju</i> (vermelho); <i>burgónha</i> (vergonha); <i>labanta</i> (levantar); <i>baleba</i> (valia); <i>trabesa</i> (atravessa); <i>bês</i> (vez); <i>talbês</i> (talvez); <i>raiba</i> (raiva); <i>txuba</i> (chuva); <i>labrador</i> (lavrador); <i>debeba</i> (devia); <i>kutubélu</i> (cotovelo); <i>bistiba</i> (vestia) <u>mas</u>: <i>movimentu</i> (movimento); <i>sivilizason</i> (civilização); <i>vive</i> (viver); <i>governador</i> (governador); <i>kabuverdianu</i> (cabo-verdiano); <i>palavra</i> (palavra); <i>gravata</i> (gravata); <i>salva</i> (salvar); <i>pavon</i> (pavão); <i>divagarinhu</i> (devagarinho); <i>povu</i> (povo); <i>duvida</i> (duvidar)</p>
<p>Os ditongos reduzem-se na maior parte dos casos</p>	<p><i>obi</i> (ouvir); <i>roku</i> (rouco); <i>dinheru</i> (dinheiro); <i>noti</i> (noite); <i>koza</i> (coisa); <i>sekretáru</i> (secretário); <i>poku</i> (pouco); <i>dotorado</i> (doutorado); <i>baxu</i> (baixo); <i>dexa</i> (deixa); <i>dipôs</i> (depois); <i>paxon</i> (paixão); <i>otus</i> (outros); <i>propretáriu</i> (proprietário); <i>kunpanheru</i> (companheiro); <i>mute</i> (muito); <i>asnera</i> (asneira); <i>stranjeru</i> (estrangeiro) <u>mas</u>: <i>aniversáriu</i> (aniversário); <i>inpériu</i></p>

29 Cf. Veiga (2000a:36): Verifica-se uma maior presença do *v* nas variantes com mais contacto com o português, em empréstimos mais recentes ou termos científicos, nos meios urbanos e nos idioletos dos estudantes. No entanto, para unificar o sistema, aconselha-se o uso do *b*.

	(império); <i>interogatóriu</i> (interrogatório); <i>izisténsia</i> (existência); <i>kuarta</i> (quarta); <i>féria</i> (férias)
Eliminação do h mudo	<i>óra</i> (hora); <i>ómi</i> (homem); <i>ónra</i> (honra); <i>onéstu</i> (honesto); <i>órta</i> (horta)
Observam-se hesitações ortográficas	<i>mosinhu</i> / <i>moxinhu</i> (mocinho); <i>jente</i> / <i>gentis</i> (gente); <i>koza</i> / <i>kusa</i> (coisa); <i>kasa</i> / <i>kaza</i> (casa); <i>Kabuverdi</i> / <i>Kauberdi</i> / <i>Kabeverde</i> (Cabo Verde); <i>kauberdianu</i> / <i>kabuverdianu</i> / <i>kabeverdiane</i> (cabo-verdiano); <i>salba</i> / <i>salva</i> (salvar); <i>spese</i> / <i>spésia</i> (espécie); <i>mãi</i> / <i>mai</i> (mãe); <i>non</i> / <i>nau</i> (não); <i>bariga</i> / <i>barriga</i> (barriga); <i>fuska-fuska</i> / <i>fuskafuska</i> (o lusco-fusco); <i>pur izénplu</i> / <i>prizénplu</i> (por exemplo)
Epêntese de um i para separar grupos consonânticos (fenómeno presente na realidade linguística brasileira)	<i>abisentista</i> (absentista); <i>diginidadi</i> (dignidade); <i>diministrador</i> (administrador)
Elipse do e protético	<i>e staba stendedu</i> (ele estava estendido); <i>skóla</i> (escola); <i>ta stranhaba</i> (estranhava); <i>spese</i> (espécie); <i>skese</i> (esquecer); <i>stranhamenti</i> (estranhamente); <i>nforka</i> (enforcar); <i>spiritisme</i> (espiritismo); <i>nbarasadu</i> (embaraçado); <i>sukuru</i> (escuro); <i>skina</i> (esquina); <i>skada</i> (escada); <i>skritu</i> (escrito); <i>nganadu</i> (enganado); <i>splorason</i> (exploração); <i>ngorda</i> (engordar); <i>sprimi</i> (exprimir); <i>spritu</i> (espírito); <i>speransa</i> (esperança); <i>stikadu</i> (esticado); <i>spanta</i> (espantar); <i>stranjeru</i> (estrangeiro)

3.2 Acentuação³⁰

Na maior parte, as palavras foram definidas como paroxítonas , sendo o uso do acento gráfico desnecessário	<i>kultura</i> (cultura); <i>korpu</i> (corpo); <i>bistidu</i> (vestido); <i>prizidenti</i> (presidente); <i>kumunismu</i> (comunismo); <i>kunfiadu</i> (confiado)
O e e o o abertos são sempre acentuados em qualquer contexto por causa do menor rendimento funcional	<i>dizénbru</i> (dezembro); <i>pórta</i> (porta); <i>rulójiu</i> (relógio); <i>dór</i> (dor); <i>ténpu</i> (tempo); <i>óra</i> (hora); <i>stória</i> (estória); <i>kabésa</i> (cabeça); <i>róda</i> (roda); <i>sédu</i> (cedo); <i>kórda</i> (corda); <i>raspósta</i> (resposta); <i>déntu</i> (dentro); <i>fómi</i> (fome); <i>éra</i> (era); <i>prétu</i> (preto); <i>ómi</i> (homem); <i>mésmu</i> (mesmo)
As palavras proparoxítonas são acentuadas	<i>Áfrika</i> (África); <i>sétimu</i> (sétimo); <i>patriótiku</i> (patriótico); <i>úniku</i> (único); <i>teolójiku</i> (teológico); <i>lójika</i> (lógica);

30 Cf. Delgado (2009:356-367) e Veiga (2000b:197).

	<i>múzika</i> (música); <i>kósmiku</i> (cósmico)
Em Santiago, o acento não se coloca nas formas verbais . Observam-se raras exceções	<i>nase</i> (nascer); <i>kria</i> (criar); <i>rasebe</i> (receber); <i>skese</i> (esquecer); <i>nforka</i> (enforçar); <i>fase</i> (fazer); <i>rusponde</i> (responder); <i>troka</i> (trocar) <u>mas</u> : <i>devê</i> (dever); <i>xicotiâ</i> (chicotar); <i>diportâ</i> (deportar); <i>odjâ</i> (olhar); <i>ruspeitâ</i> (respeitar); <i>imajiná</i> (imaginar); <i>falá</i> (falar)
O apóstrofo , que assinalava a elisão de letras, representando fielmente a oralidade e evitando alguns encontros de consoantes, devia ser substituído pelo <i>e</i> mudo, o que não se observa no nosso corpus	<i>e ka sabe kus'ê ki é fômi</i> (não sabe o que é fome); <i>oxi N ka'ra dotor y nha pai ka éra riku</i> (hoje eu não era doutor nem o meu pai era rico); <i>bo skesê d'moral</i> (tu esqueces-te da moral); <i>d'aonte</i> (de ontem); <i>n' el</i> (nele/nela); <i>brinká k'un koza k'é sagróde</i> (brincar com uma coisa que é sagrada)
O hífen usa-se na ligação do verbo com o pronome do objeto, de alguns advérbios de lugar com pronomes, em pronomes demonstrativos compostos e na formação de novos conjuntos semânticos	<i>fla-l</i> (falar-lhe); <i>fla-m</i> (falar-me); <i>purgunta-nhos</i> (perguntar-nos); <i>dexa-l</i> (deixar-lhe); <i>mamai di-meu</i> (a minha mãe); <i>bô-noiti</i> (boa noite); <i>es gentis-li</i> (essa gente ali); <i>ngana-u</i> (enganá-lo); <i>unde-u</i> (onde estás tu); <i>kér-dizer</i> (quer dizer); <i>kel-li</i> (aquele ali); <i>ka-u duvida</i> (não duvide); <i>lus fuska-fuska</i> (o lusco-fusco); <i>pónta-pé</i> (pontapé)
Divergências na acentuação	<i>vive / vivê</i> (viver); <i>bá / ba</i> (vai); <i>bés / bês</i> (vez)

4. Alguns traços morfossintáticos³¹

Abandono parcial da marcação do género , desconhecido nas línguas africanas. Marcação arbitrária do sexo por construções perifrásticas. No crioulo basiletal, o sexo é menos evidente nos substantivos inanimados (prevalece a forma masculina) ³² . Observam-se raros casos de concordância de género, mais típicos no caso das ilhas de Barlavento	<i>un bês</i> (uma vez); <i>un skóla</i> (uma escola); <i>un viaji</i> (uma viagem); <i>ku vós roku</i> (com uma voz rouca); <i>saúdi fraku</i> (saúde fraca); <i>koza k'é sagróde</i> (coisa que é sagrada); <i>koxa rodonda</i> (coxa redonda); <i>karni salgadu</i> (carne salgada); <i>stréla burmedju</i> (estrela vermelha); <i>purmeru kusa</i> (a primeira coisa); <i>es interogason</i> (esta interrogação); <i>es momentu</i> (esse momento); <i>kel skolinha</i> (aquela escolinha); <i>kel dia</i> (aquele dia); <i>nha fidju</i> (o meu filho); <i>nha genti</i> (a minha gente); <i>si diplóma</i> (o seu diploma); <i>si kabésa</i> (a sua cabeça); <i>otu</i>
--	---

31 Cf. Santos (2000:178-187).

32Cf. Delgado (2009:268-269, 278): Principalmente na ilha de Santiago, onde ainda sobrevivem os vestígios do crioulo basiletal, o género não tem qualquer pertinência funcional no sistema de comunicação. Nos meios urbanos, onde se observam os efeitos do processo de descrioulização, é mais frequente a atualização da marcação do género.

	<p><i>okazion</i> (outra ocasião); <i>un fidju matxu</i> (um filho macho) <i>mas: mudjer bunita</i> (mulher bonita)</p>
<p>Perda parcial das oposições de número. Diferentes maneiras da sua marcação (adjetivo de quantidade, um numeral, um pronome, um coletivo ou, simplesmente, o contexto)³³</p> <p>Em Santiago, não são raros os casos de substantivo flexionável com determinante na sua forma básica.</p>	<p><i>udu mininu</i> (todos os meninos); <i>udu nhas koléga</i> (todos os nossos colegas); <i>odja ku si própi odju</i> (ver com os seus próprios olhos); <i>18 anu di idadi</i> (18 anos de idade); <i>nos é branku</i> (nós somos brancos); <i>tude spese de mikrobe</i> (todas as espécies de micróbios); <i>nos tudu</i> (nós todos); <i>três bês</i> (três vezes) <i>bus mudjer / bu mudjeris</i> (tuas mulheres); <i>gentis grandi</i> (gente grande); <i>txeu gentis</i> (muita gente); <i>udu mosinhos</i> (todos os mocinhos); <i>kolégas kontenti</i> (colegas contentes); <i>ideias komunista</i> (ideias comunistas), <i>ses porku</i> (os seus porcos)</p>
<p>Inexistência do artigo definido. Determinação do substantivo por um demonstrativo.</p> <p>Uso dos artigos indefinidos com a prevalência da forma masculina</p>	<p><i>Sigi vós di Papai-Grandi</i> (seguir a voz do Papai-Grande); <i>ta kortaba kel silénsiu</i> (cortava o silêncio); <i>e ka gosta di livru</i> (ele não gosta dos livros); <i>nha genti</i> (a minha gente); <i>udu tripa di bariga</i> (todas as tripas da barriga) <i>un bês</i> (uma vez); <i>un stória</i> (uma estória); <i>un figura</i> (uma figura); <i>un koza</i> (uma coisa); <i>un skóla</i> (uma escola); <i>nun faísca</i> (numa faísca)</p>
<p>Ausência da flexão verbal e a resultante impossibilidade de omissão do sujeito. Os verbos reduzem-se à forma do infinitivo com apócope do -r, com exceção dos verbos <i>ter</i>, <i>vir</i> e <i>ir</i></p> <p>Sistema verbal com morfemas auxiliares que indicam o tempo e o aspeto (privilegiado, como nas línguas africanas)</p>	<p><i>N ka tene pa N troka-nho ku muéda</i> (eu não tenho troco); <i>Es vós éra di si netinhu</i> (essa voz era do seu netinho); <i>es ben fla-m</i> (vêm dizer-me); <i>e teneba gana di bai</i> (ele tinha vontade de ir); <i>foi si ki nhu Pilonkan bira propretáriu</i> (foi assim que o senhor Pilonkan se tornou proprietário); <i>nu ten ki fase tudo</i> (nós temos que fazer tudo); <i>ka foi inútil</i> (não foi inútil) <i>ta kustumaba djunta</i> (costumaria juntar); <i>ku vós roku y ta treme</i> (com a voz rouca e tremendo); <i>sa ta jestikulaba</i> (estava a gesticular); <i>dja daba el dja</i> (já tinha dado)</p>
<p>Inexistência de formas verbais para indicar o conjuntivo. Morfemas modais <i>ma</i> (introduz orações que expressam situações factuais) e <i>al</i> (equivalente a <i>haver de</i> em enunciados hipotéticos)</p>	<p><i>Se bosé repará drete</i> (se você reparar bem); <i>si N sabeba ta fika só</i> (se eu soubesse que estava a ficar sozinho); <i>mésmo ki txuba ta txobe</i> (mesmo que chova); <i>nos profesor kontanu ma un bês gentis grandi</i> (o nosso professor contou-nos [que] uma vez gente grande); <i>kusé ki N</i></p>

33 Estas modificações no sistema nominal são resultado da influência dos sistemas de classes nominais africanos.

	<i>al fase ku nha fidju?</i> (o que hei de fazer com o meu filho?); <i>e al konsigi djunta dinheru</i> (ele há de conseguir juntar o dinheiro)
Reduplicação , muitas vezes com traços onomatopaicos, que sugere origem ou influência africana e tem, na maioria dos casos, função enfática	<i>lus fuskafuska</i> (uma luz muito escura); <i>tudu éra flanflan</i> (tudo abundava); <i>djardjarido</i> (nervoso); <i>e motxuka-l motxóku</i> (ele machuca-o machucado); <i>Ntóni ba ta matxi-matxi</i> (o António ia comportar-se como macho)
Emprego da forma verbal não marcada desde que o aspeto e o tempo sejam marcados no primeiro verbo	<i>Rulójiu sa ta markaba 15h12 kantu Palu obi algen</i> (O relógio estava a marcar 15h12 quando o Paulo ouvir [ouviu] alguém); <i>foi si ki nhu Pilonkan bira propretáriu</i> (foi assim que o senhor Pilonkan virar [se tornou] proprietário)
Emprego do e (variante contextual de <i>el</i>) como pronome pessoal <i>ele/ela</i>	<i>e staba stendedu</i> (ele estava estendido); <i>e fla-l</i> (ele disse-lhe); <i>e ba buska</i> (ele vai buscar); <i>e ba dexa na kasa</i> (ele vai deixar em casa) <i>mas: nhos ka pode más ku el</i> (nós não podemos mais com ele); <i>Paxon?! Anton na el N krê vive</i> (Paixão?! Então nela quero viver); <i>el inda é más rigorós ki si pai</i> (ele ainda é mais rigoroso que o seu pai)
Morfema negativo ka . ³⁴ Negação dupla	<i>nha pai ka éra riku</i> (o meu pai não era rico); <i>ka baleba péna</i> (não valia a pena); <i>N ka sabe</i> (não sei); <i>mas ka-u fla-m nau</i> (não me digas não) <i>ka sa ta konpredeba nada</i> (não estava a compreender nada); <i>ka konxeba nin téra di si mai</i> (não conhecia nem a terra da sua mãe); <i>nu ka sa ta pâpia nin di moral nin di fêsta</i> (não estamos a falar nem da moral nem da festa);
Elipse da preposição , emprego facultativo ou usos atípicos	<i>txigaba kel óra</i> (chegava àquela hora); <i>dja djuntaba na el</i> (já se juntava a ele); <i>xintadu na si moxihu</i> (sentado com o seu mocinho); <i>déntu sol [...] déntu di agu</i> (ao sol e dentro da água); <i>ken pode obriga negru trabadja txon</i> (quem pode obrigar o negro a trabalhar muito); <i>raspirason komesa ta subi-l</i> (a respiração começa a subir-lhe); <i>Rejina torna labanta</i> (a Regina volta a levantar); <i>el txega na kaza</i> (ele chega a casa)

34 Cf. Santos (2000:178): De acordo com a autora, a etimologia que se propõe para este morfema (nunca > ka) é pouco provável pois na evolução natural de línguas não se observa a queda da sílaba tónica.

Reduplicação e contração dos pronomes com advérbios de lugar	<i>si <u>nhos nhos</u> nase la y nhos ka móre</i> (se [te]) tivesses nascido lá e se não [te] morreres); <i>ke-li</i> (aquele/aquela/aquilo ali);
Padrão reduzido dos pronomes de complementos direto e indireto . Ênclise dos complementos	<i>konta-nu</i> (contou-nos); <i>fla-l</i> (falar-lhe); <i>nu ten ki suporta-l</i> (nós temos que suportá-lo); <i>e ba ta pô-s na fila</i> (ele vai pô-lo/la na fila)
Padrão reduzido dos pronomes possessivos . Possessivos compostos que funcionam apenas como um único lexema ou que podem funcionar como lexemas independentes	<i>si pórtá</i> (a sua porta); <i>si netinhu</i> (o seu netinho); <i>nos profesor</i> (o nosso professor); <i>nos téra</i> (a nossa terra); <i>tudu nos amigu</i> (todos os nossos amigos); <i>nha pensamentu</i> (o meu pensamento); <i>ses fidju</i> (os seus filhos); <i>bu kabésa</i> (a tua cabeça); <i>e staba ku korpu di si irmon na di-sel</i> (ele estava com o corpo do seu irmão no dele);
Falta de pronomes reflexos ou usos atípicos	<i>un rapasinhú ki txomaba Zé</i> (um rapazinho que se chamava Zé) <i>si <u>nhos nhos</u> nase la y <u>nhos</u> ka móre</i> (se [te]) tivesses nascido lá e se não [te] morreres)
Importação do paradigma português de advérbios , com modificações fonéticas e casos de aglutinação	<i>di vês inkuandu</i> (de vez em quando); <i>undi</i> (onde); <i>omésmo ténpu</i> (ao mesmo tempo); <i>tudu bês ki</i> (todas as vezes que); <i>inkuantu</i> (enquanto); <i>dispôs di</i> (depois de); <i>pulmanhan</i> (pela manhã); <i>otrabês</i> (outra vez); <i>sinseramenti</i> (sinceramente), <i>dundi</i> (de onde); <i>dibaxu di</i> (debaixo de)
O morfema ku e a conjunção copulativa y como partículas de coordenação sintática	<i>bida y situason</i> (vida e situação); <i>gentis grandí ku nobu</i> (gente grande e nova); <i>téra di si mai ku pai</i> (a terra da sua mãe e do seu pai); <i>dia ku noti</i> (dia e noite)
Falta de nexos de coordenação e subordinação	<i>fladu é nos distinu</i> (diz-se [que] o nosso destino)
Construções impessoais com as formas do participípio	<i>sugundu ta fladu</i> (segundo se diz); <i>fladu é nos distinu</i> (diz-se que o nosso destino); <i>fladu nos é di Rubera Séka</i> (diz-se que somos da Ribeira Seca)
Uso do verbo ter em vez de haver	<i>ten txeu gentis</i> (há muita gente); <i>si inférnu ka ten</i> (se não há inferno)

5. Léxico

Aglutinação e composição , ou seja, síntese dos elementos do sintagma numa unidade nova	<i>kretxeu</i> (<i>kre</i> < querer + <i>txeu</i> < cheio – querer muito, bem amado). No entanto, usa-se também o termo <i>amor</i> . A palavra <i>txeu</i> aparece no corpus com o significado de ‘muito’, junto com o empréstimo português <i>mute</i> . <i>kebra-djudjun</i> (<i>kebra</i> < quebrar + <i>djudjun</i> < jejum)
--	--

Uso frequente dos chamados <i>nominhus di kaza</i> como resultado do chamado processo de duplicação ³⁵	<i>Palu do Djódja; Zé di Béba; Papai-Grandi; Djon di Mana; Xupai; Kulau; Pirnari; Pilonkan; Ntóni; Xubénga; Figinha</i>
Diminutivos como marcas de aproximação afetiva ou do desprezo por parte do falante	<i>netinhu</i> (netinho); <i>rapasinh</i> (rapazinho); <i>divagarinh</i> (devagarinho); <i>pontinha</i> (pontinha); <i>bokadinh</i> (bocadinho); <i>skolinha</i> (escolhinha); <i>Pedrinhu</i> (Pedrinho); <i>dinheirin</i> (dinheirinho)

6. Conclusões

Os traços característicos do crioulo da ilha de Santiago que acabamos de observar na obra analisada levam-nos a concluir que, apesar de serem seguidas as regras do ALUPEC, ainda se podem notar algumas hesitações quanto à ortografia ou acentuação que, neste caso, podem ser resultado do idioleto do autor. No campo da morfossintaxe ressaltam os traços distintivos da ilha, por exemplo, o sistema dos pronomes, e um certo conservadorismo, típico da variedade funda do crioulo, que já não se observa, por exemplo, em São Vicente. Feita a nossa análise, concluímos, como o faz também Dulce Almada Duarte, que o crioulo não é produto de uma deformação do português mas, antes, resultado da confrontação deste com as línguas africanas (Almada Duarte, 2003: 169). Adquiriu um grau de autonomia e funcionalidade notáveis que fazem com que seja uma ferramenta adequada para satisfazer todas as necessidades comunicativas dos seus usuários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia ativa:

Veiga, Manuel (2009), *Odju d’Agu*, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Praia.

Bibliografia passiva:

Almada Duarte, Dulce. 2003. *Bilinguismo ou diglossia?*. Mindelo: Spleen Edições.

Delgado, Carlos Alberto. 2009. *Crioulos de base lexical portuguesa com fatores de identidades em Africa. O caso de Cabo Verde*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

35 Cf. Delgado (2009:269-273): Uma pessoa pode ser conhecida por dois nomes – pelo nome de batismo e pelo nominho de casa, ou alcunha, no âmbito de um paradigma afetivo. Vejam-se os processos de formação dos nominhos descritos pelo autor. Como se pode deduzir, as alcunhas podem ser, por exemplo, diminutivos do nome do batismo mas também podem ser resultado de decisões arbitrárias da família, não tendo nenhuma relação com o nome oficial.

Doneux, Jean. 2000. A propósito do papel dos linguístas... e dos outros na determinação da escrita duma língua. In: Veiga, M. (Org.). *I.º Colóquio Linguístico Sobre o Crioulo de Cabo Verde*. Mindelo: INIC. p. 143-155.

Leite, Ana Mafalda. 1987. “Odju d’Agu” de Manuel Veiga: uma proposta de leitura. *África. Revista de Centro de Estudos Africanos da USP*, n.º10. São Paulo: USP, p. 162-168.

Leite, Ana Mafalda. 1998. *Oralidades & escritas nas literaturas africanas*. Lisboa: Edições Colibri.

Postioma, Adalberto da. 1968. *Filosofia Africana*. Luanda: Seminário Arquiepiscopal.

Santos, Rosine. 2000. Relações entre o crioulo e as línguas africanas. In: Veiga, M. (Org.). *I.º Colóquio Linguístico Sobre o Crioulo de Cabo Verde*. Mindelo: INIC. p. 167-187.

Veiga, Manuel. 1982. *Diskrison Strutural di Língua Kabuverdianu*. Lisboa: Plátano Editora.

Veiga, Manuel (Org.). 2000a. *I.º Colóquio Linguístico Sobre o Crioulo de Cabo Verde*. Mindelo: INIC.

Veiga, Manuel. 2000b. Estudar o crioulo é desenvolver a nossa terra. In: Veiga, M. (Org.). *I.º Colóquio Linguístico Sobre o Crioulo de Cabo Verde*. Mindelo: INIC. p. 191-199.

Veiga, Manuel. 2000c. Breves considerações sobre a escrita do crioulo. In: Veiga, M. (Org.). *I.º Colóquio Linguístico Sobre o Crioulo de Cabo Verde*. Mindelo: INIC. p. 263-275.

ECOS DA REMARCAÇÃO DO PARÂMETRO DO SUJEITO NULO NO PB: O CASO DAS SENTENÇAS EXISTENCIAIS

Juliana MARINS³⁶

Maria Eugenia Lammoglia DUARTE

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar uma análise de dados diacrônicos de estruturas existenciais com *haver* e *ter*, extraídas de peças teatrais escritas entre os séc. XIX e XX por autores brasileiros, buscando evidências empíricas da mudança categorial por que *haver* teria passado, o que teria levado a sua substituição por *ter* existencial. Tomam-se como ponto de partida as ideias de Avelar (2006) e Avelar e Callou (2007), segundo os quais (a) tal mudança está relacionada ao enfraquecimento da morfologia verbal e, por conseguinte à perda da capacidade de interpretar uma categoria vazia na posição de sujeito referencial do verbo *ter* possessivo, (b) *haver* e *ter* deixaram de representar uma mesma categoria verbal, nos termos da *Morfologia Distribuída*. Desse modo, argumentamos em favor do fato de que *haver* e *ter* não estão em variação no PB contemporâneo. O trabalho mostra ainda que, em função da mudança na expressão da existência no português brasileiro, outro padrão sentencial emergiu no sistema, ao que chamamos sentenças existenciais de tópico-sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: sentenças existenciais; Parâmetro do Sujeito Nulo; *ter* e *haver*; tópico-sujeito

1. Introdução

Nas últimas três décadas, inúmeros trabalhos sobre a representação do sujeito pronominal no português do Brasil (PB) ostraram as diferenças estruturais entre essa variedade do português e outras línguas românicas, como o espanhol, o italiano e mesmo a variedade portuguesa. De fato, tais trabalhos (DUARTE, 1993, 1995, 2003, 2008, entre outros, SOARES DA SILVA, 2006, 2011, e MARINS, 2009), através de análises empíricas, indicam que o PB está passando por um processo de mudança no

36 UFRJ, Faculdade de Letras, Departamento de Letras Vernáculas. Av. Horácio de Macedo, 2151, Cidade Universitária, Rio de Janeiro. CEP 21941-917. Juespmarins@hotmail.com

que se refere à marcação Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN): a princípio, o PB se comportava como uma língua de sujeito nulo (LSN) prototípica, revelando, entre outras propriedades, franca preferência pela posição de sujeito vazia, a exemplo do que acontece com o português europeu (PE). Entretanto, observa-se que o PB, com o passar do tempo, tem apresentado mudanças em seu comportamento, possivelmente afiliando-se ao que se tem chamado de *línguas de sujeito nulo parcial*, exibindo preferência pelo preenchimento da posição estrutural de sujeitos referenciais em todas as pessoas gramaticais.³⁷

Em meio ao conjunto de alterações que se têm verificado, estudos como os de Callou e Avelar (2000, 2002) vêm apontando para a progressiva substituição de *haver* por *ter* nas sentenças existenciais na fala espontânea, confirmando no PB contemporâneo a hegemonia de *ter* na representação da existência, restando a *haver* ambientes cada vez mais específicos.

No presente trabalho defendemos que *haver* e *ter* no PB contemporâneo não constituem um caso de variação. Isso tem base no fato de que, seguindo as ideias de Avelar (2006) dentro do quadro teórico da *Morfologia Distribuída*, *haver*, que teria sido a contraparte fonológica correspondente a uma *categoria funcional*, assim como *ter*, teria passado a figurar entre os *verbos existenciais substantivos*, como é o caso de *existir*, nos termos de Embick e Noyer (2004). Tal perspectiva, por sua vez, se apoia no tese de Avelar e Callou (2007), que assumem, tomando como base uma abordagem não-lexicalista (HARLEY e NOYER 2003) da Teoria de Princípios e Parâmetros na sua versão minimalista (Chomsky 1995), uma mesma estrutura subjacente para as estruturas existenciais e possessivas³⁸, entrando a “roupagem” lexical no caminho rumo à Forma Fonológica, depois do processamento sintático.

O processo de alteração categorial de *haver* parece ter relação com a redução do paradigma flexional do verbo no PB e com a consequente perda da possibilidade de licenciamento/identificação do sujeito nulo pelo sistema, seguindo Avelar e Callou (2007). Haveria, assim, duas consequências: a impossibilidade de os falantes de interpretarem como possessivas sentenças em que o verbo *ter* aparece com sujeito nulo e a extinção/especialização por que vem passando o verbo *haver*. Assim, com as

37 Outras alterações de comportamento no PB têm sido notadas, como a emergência de pronomes plenos na posição de sujeito de referência arbitrária, a perda da inversão livre e o surgimento de DPs plenos na posição de sujeito não-argumental.

38 Os autores inserem nessa análise as sentenças copulativas/estativas, que não serão alvo desse artigo por questões de espaço.

alterações do paradigma flexional do verbo, o sistema teria perdido as condições que permitiam a materialização da matriz fonológica *haver* e teria passado a produzir aquelas que permitem a concretização de *ter* existencial.

Seguindo esse caminho, o presente trabalho apresenta uma análise de dados de sentenças existenciais com *haver* e *ter*³⁹ extraídos de peças teatrais brasileiras, escritas entre os séculos XIX e XX, confrontando os resultados obtidos com aqueles utilizados por Avelar (2006) para sustentar a análise da substituição de *haver* por *ter* no PB contemporâneo e com os de Duarte (1993) para verificar a relação entre a remarcação do PSN e o surgimento de *ter* em estruturas existenciais⁴⁰.

2. Sentenças existenciais, possessivas e copulativas: uma mesma base derivacional

Avelar e Callou (2007), partindo de pressupostos teóricos do que se convencionou chamar de *Morfologia Distribuída*, nos termos de Halle e Marantz (1993), propõem que sentenças possessivas e existenciais (Freeze 1992; Hornstein, Rosen e Uriagereka 2002) apresentam uma mesma derivação básica e que a inserção desta ou daquela matriz fonológica é determinada por uma série de operações envolvendo conjuntos de traços específicos num dado núcleo funcional.

É interessante notar que os autores tratam os verbos *haver* e *ter* como *itens funcionais*: “*grosso modo*, isso quer dizer que a sintaxe não trabalha com *ter*, *ser*, *haver* ou *estar*, mas com categorias abstratas que apenas recebem sua “roupagem” fonológica num momento pós-sintático da computação.” (*op. cit.* p. 379). Assim, tendo em conta as ideias de Embick e Noyer (2004), em vez de um *componente lexical* propriamente dito, a *Morfologia Distribuída* propõe a existência de *listas*, acessadas ao longo da gramática, que vão abarcar informações sobre itens vocabulares. O ponto de partida para uma derivação seria a lista que contém as matrizes fonológicas de itens substantivos (verbos plenos, adjetivos, substantivos), os núcleos correspondentes a categorias funcionais

39 O verbo *existir* será incluído da análise geral para efeitos de observação do comportamento de um verbo existencial substantivo, categoria a que *haver* teria passado a pertencer.

40 O trabalho de Marins (2013) associa as modificações apresentadas neste trabalho e o surgimento de sentenças existenciais com o verbo *ter* em que a posição de sujeito é preenchida por um DP não-argumental. Tais estruturas, ilustradas em (i), foram chamadas por ela de sentenças existenciais de tópico-sujeito. Esse seria um sub-produto da substituição de *haver* por *ter* no PB contemporâneo, inovação em relação ao PE. Para essa discussão, ver Marins (2013).

(i) a. A geladeira tem leite na porta.
b. A geladeira tem leite dentro.

desprovidos de qualquer informação fonológica e das categorias correspondentes a verbos funcionais. A “roupagem” lexical para as categorias funcionais se dá no caminho para a Forma Fonológica, pelo acesso a uma segunda lista, que contém as matrizes correspondentes aos traços dos núcleos funcionais.

Isso posto, os autores tentam buscar respostas para as condições linguísticas que teriam permitido a implementação de *ter* nas estruturas existenciais no PB contemporâneo e por que razão isso teria acontecido no PB, em oposição ao que se encontra no PE, sistema que disponibiliza apenas *haver* como verbo existencial. Nesse ponto, apelam para as postulações de Clark e Roberts (1993), que propõem uma análise algorítmica dos parâmetros. Uma geração, portanto, altera o valor de um dado parâmetro, se em sua gramática pelo menos um valor paramétrico difere da gramática da geração anterior. Os parâmetros, nessa visão, se reduziriam a traços contidos nos núcleos funcionais. A mudança linguística estaria associada à diferente valoração do conjunto de traços de um dado núcleo funcional de uma geração para a outra. Avelar e Callou (2007) defendem que, se *haver* e *ter* são matrizes fonológicas diferentes que revestem um conjunto de determinados traços de um dado núcleo funcional, o surgimento de um ou outro verbo numa ou noutra construção se deve a mudanças na marcação de um dado parâmetro. Isso pode estar por trás, por exemplo, das motivações que fizeram com que o PB, mas não o PE, tivesse alterado a matriz fonológica existencial de *haver* para *ter*, gerando um sistema em que possessivas e existenciais são representadas pelo mesmo item lexical.

Em linhas gerais, os autores utilizam a noção de *v* (CHOMSKY, 1995), núcleo correspondente à categoria funcional de *verbo leve (light verb)*, na sua versão estativa. Na computação sintática, *v* entra em cena sem qualquer matriz fonológica. Assim, *v* seleciona como complemento uma categoria com força predicativa, aqui tratada como uma *small clause* (SC), como se vê na figura 1 abaixo:

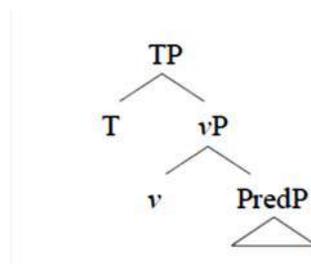


Fig. 1: Representação da derivação básica para sentenças existenciais/possessivas

Tome-se, então, como ponto de partida, a sentença em (1).

(1) **Há** um monte de aluno na cantina.

A essa sentença, corresponde a estrutura arborea ilustrada na figura 2, em que a SC *um monte de aluno na cantina* é tomada como complemento de *vP*.

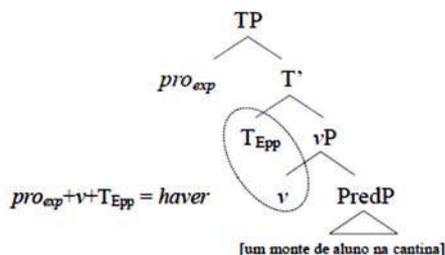


Fig. 2: Configuração derivacional para a materialização de *haver*

Como se pode observar, a inserção da matriz fonológica *haver* está condicionada a adjacência de T_{Epp} e v' . Ou seja, nesse caso, o sistema deve contar com T portador do traço EPP, que deve ser checado em Spec,TP. Postula-se assim a presença de um *pro_exp*, que garantiria a condição EPP de T.

Veja-se agora o exemplo em (2) abaixo, em que se ilustra a sentença possessiva⁴¹.

(2) A cantina **tem** um monte de aluno.

Para gerar a sentença como a ilustrada em (2), Avelar e Callou (2007) assumem que o núcleo da predicação tomada como complemento de *vP* é uma preposição abstrata, em cuja posição de especificador se localiza o DP possuidor, e como complemento figura o DP que indica a entidade possuída. Veja-se, então, a derivação que representa o exemplo em (2):

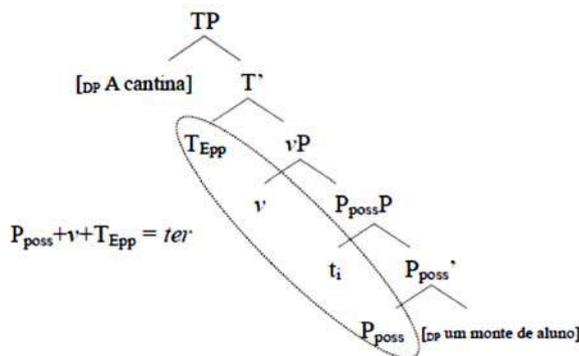


Fig. 3: Derivação geradora da matriz fonológica *ter* possessivo.

41 Avelar e Callou (2007) mostram ainda como seriam as estruturas estativas com *estar* e possessivas com *estar com*. Por conta dos limites desse artigo, encaminhamos o leitor a essa discussão em Avelar e Callou (2007) ou às considerações de Marins (2013) sobre a questão.

Na figura 3 acima, nota-se que, sendo T portador de EPP, é necessário que um DP seja movido para a posição de Spec,TP. Se ν P toma como complemento $P_{\text{poss}}P$, é o DP *a cantina*, especificador de $P_{\text{poss}}P$, que é movido. Com isso, tem-se a adjacência de T_{Epp} , ν e P_{poss} , o que corresponde à matriz fonológica de *ter* possessivo e o núcleo P_{poss} , amalgamado a ν e T, não se realiza materialmente.⁴²

A pergunta que resta é: por que o sistema estaria deixando de realizar a matriz fonológica de *haver* nas sentenças existenciais para lançar mão de outra? Para explicar tal processo, Avelar e Callou (2007) associam a defectividade de EPP em T, defendida por Viotti (1999) e a ausência de traços- ϕ completos em T, proposta de Ferreira (2000), que argumenta que o empobrecimento da concordância no PB teria provocado uma erosão nos traços- ϕ de T: o PB teria passado, então, a contar com um T finito com traços- ϕ completos, o que torna possível a checagem do traço de Caso Nominativo não-interpretável presente num DP, e outro T finito com traços- ϕ incompletos. Assim, para Avelar & Callou (2007), a opcionalidade de EPP em T no PB contemporâneo talvez tenha se dado em função da incompletude de traços- ϕ em T, responsáveis pela marcação de Caso. Tudo isso estaria diretamente relacionado à alteração do paradigma flexional do verbo e, conseqüentemente, à perda progressiva do licenciamento da categoria *pro*_{ref}, impedindo a interpretação do sujeito nulo no PB. Os autores assumem que o PB também teria deixado de permitir categoria *pro*_{exp}, o que teria comprometido a manutenção de *haver* no sistema. Veja-se, então, o que teria passado a ocorrer no PB, partido do exemplo em (3):

(3) ***Tem*** um monte de aluno na cantina.

Uma possibilidade é que ν P tome a SC *um monte de aluno na cantina* como complemento. Com base na posição de Viotti (1999), para quem o traço não-interpretável EPP no núcleo funcional T(*ense*) é opcional no PB – não havendo necessidade de se pensar em uma categoria expletiva nula em Spec,TP – os autores assumem que, quando o DP pós-verbal se encontra em Spec,TP, deve portar Caso nominativo e, quando numa posição interna a ν estativo, deve portar Caso partitivo, de acordo com os pressupostos de Belletti (1988) e Lasnik (1995). No caso ilustrado em (3), o DP *um monte de aluno* é interno ao ν P e, portanto, recebe caso partitivo. Então, T

42 Os autores mostram ainda como se dá a derivação de estruturas com *estar* + *com*. Para essa análise, encaminhamos o leitor a Avelar e Callou (2007).

se concatena à estrutura, estando adjacente a *v*, condição para a materialização de *ter*, como se vê na figura 4:

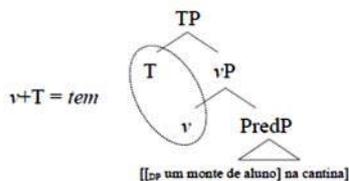


Fig. 4: Derivação geradora da matriz fonológica *ter* existencial

Ou seja, se T não porta o traço EPP, a posição Spec, TP sequer será criada, o que faz com que o DP *um monte de aluno* fique interno a *v*, dentro de PredP e receba caso partitivo⁴³.

Resumindo, o que se tem é o seguinte: se T não porta EPP e *vP* toma uma PredP qualquer com complemento, *v* e T adjacentes formam uma unidade que leva à materialização de *ter* na construção existencial. Se T porta EPP e *vP* toma como complemento uma PredP nucleada por uma P_{poss} , ou a P_{poss} se amalgama a *v* e T_{Epp} , o que gera *ter* na construção possessiva.

Se tudo isso estiver correto, a incapacidade de o sistema permitir que a posição estrutural de sujeito fosse ocupada por *pro_{ref}* fez com que as sentenças possessivas com *ter* e sujeito nulo não mais pudessem ser assim interpretadas, já que o falante fica impossibilitado de atribuir um valor referencial a essa posição. O que “salvaria” uma sentença assim do fracasso seria interpretá-la como existencial, em que *ter* não tem sujeito gramatical, à semelhança do que ocorre com sentenças com *haver*.

Dessa maneira, o quadro que se cria é o seguinte: se *ter* com sujeito nulo passa a ser interpretado como existencial, o sistema teria passado a contar com duas matrizes fonológicas – *ter* e *haver* – para um mesmo conjunto de traços, o que impossibilitaria a aplicação do *Subset Principle*⁴⁴, uma vez que não seria possível eleger aquela mais adequada em dada condição. Além disso, se a situação fosse essa, *haver* teria que

43 Seguindo essa linha de raciocínio, os autores propoem que, se o especificador de uma categoria portadora de EPP deve ser preenchido, quando T é portador do traço EPP, o DP pós-verbal deve checar Caso nominativo e a derivação se configura como locativa/estativa, o que seleciona *estar*, no caminho para a Forma Fonológica. Para a derivação correspondente a esse padrão, ver Avelar e Callou (2007).

44 “A matriz fonológica de um item vocabular é inserida numa determinada posição se o item reúne pelo menos uma parte dos traços que estão especificados em tal posição. A inserção deve ser bloqueada se o item mostra informações (conjunto de traços e/ou condições de localidade para a inserção) que não condizem com a situação da categoria abstrata que deve receber a matriz. Quando vários itens reúnem condições para a inserção, aquele que reunir o maior número de informações correspondentes à categoria abstrata deve ser o escolhido.” (AVELAR, 2006, p.52)

continuar se comportando da mesma maneira, ou seja, teria uma frequência ainda alta e faria parte do acervo de itens adquiridos primariamente pelas crianças. Nenhum desses dois fatos parece se verificar no PB atual, o que aponta para o fato de que *haver* teria sido “expulso” do rol das categorias funcionais e, assim, teria passado a integrar a lista das categorias substantivas, justificando sua frequência baixa e a especialização do seu uso.

3. De funcional a substantivo, de *haver* para *ter*: o que dizem os dados?

3.1 A análise de Avelar (2006)

Buscando indícios empíricos para confirmar a mudança categorial por que teria passado *haver*, Avelar (2006) empreende uma análise da substituição de *haver* por *ter* no PB contemporâneo, com base nos dados de Callou e Avelar (2000) para a fala culta carioca considerando em três faixas etárias em duas sincronias distintas: anos 70 e anos 90. Dessa maneira, o autor apresenta evidências empíricas que mostram que *haver* teria passado a um ***verbo existencial substantivo***, levando-se em consideração, principalmente, o fato de que verbos substantivos costumam estar associados a contextos semântico-discursivos específicos, apreentando, assim, uma menor frequência de uso.

De fato, contata-se uma drástica queda do percentual de *haver* – sobretudo entre os mais jovens – quando se comparam os dois períodos de tempo contemplados no “estudo de tendência” feito pelos autores (Cf. LABOV, 1994). De 1970 para 1990, houve uma redução do uso de *haver*, em média, de 9% nas duas faixas etárias mais altas, mas o descréscimo foi ainda maior na faixa etária mais jovem, chegando a 29%.

Avelar explora ainda a impossibilidade de aplicação de *haver*, entendido já como ***verbo existencial substantivo***, em todos os contextos existenciais, tal como é possível com *ter*, que pode estar em qualquer sentença do conjunto de construções existenciais de que dispõe o português⁴⁵. Essa situação leva a crer que há condicionamentos específicos para a realização de *haver*. O autor, então, retorna aos dados de Callou e Avelar (2000, 2002) para mostrar dois fatores linguísticos que atuam nesse sentido: o tempo verbal e o traço semântico do argumento interno.

45 Para essa discussão, ver Avelar (2006).

No que concerne ao tempo verbal, os resultados mostraram que o tempo passado parece condicionar a realização de *haver*, enquanto que *ter* aparece em qualquer tempo verbal. Embora *haver* não tenha superado *ter* na amostra em análise, nem nos anos 70, nem nos anos 90, foi no pretérito que tal verbo revelou seus maiores índices, 90% em 70 e 66% em 90. O autor atribui esse resultado ao fato de que *haver* teria se tornado o verbo existencial prototípico da narrativa, tipo textual que favorece o uso do passado.

Quanto à questão do traço semântico do argumento interno, *ter* revelou versatilidade, aparecendo associado a argumentos com qualquer traço: [+animado], [+inanimado], [+abstrato], [+evento] e [+lugar]. Por outro lado, *haver* parece ser favorecido pelos traços [-material], ou seja, [+abstrato] e [+evento], que apresentam percentuais de 50% e 41% no acumulado das duas décadas, em contraste com 17% do traço [+animado], 8%, de [+inanimado] e 21% de [+espaço].

A análise separada da fala dos mais jovens também trouxe elementos importantes para a discussão sobre o estatuto do verbo *haver* no PB contemporâneo. Em primeiro lugar, Avelar constata que, nesse grupo, *haver* tem um comportamento ainda mais afastado de *ter* – e mais semelhante a *existir* – em termos de frequência: enquanto *ter* aparece com 75%, *existir* exibe um índice de 4% e *haver*, 6%. Os outros 15% correspondem às ocorrências de *acontecer*, outro verbo do tipo *existencial substantivo*.

3.2 O que diz o passado? A análise das peças teatrais

Propomos, com isso, uma análise de dados com objetivo mostrar em que medida as afirmações de Avelar (2006) e Avelar e Callou (2007) se verificam de fato ao longo do tempo. Além disso, procuramos mostrar a situação dos verbos *haver* e *ter* no sistema como um dos efeitos da mudança quanto à marcação do PSN no PB. Na tentativa de caracterizar o comportamento de *haver* como categoria substantiva, observamos brevemente o comportamento de *existir*.

A análise parte do método quantitativo da largamente usado nos estudos em Sociolinguística Variacionista, de sentenças existenciais em que aparecem os verbos

haver, ter e existir em contexto em que há a possibilidade de ocorrência das três formas verbais⁴⁶⁴⁷.

O *corpus* utilizado é um conjunto de 43 comédias teatrais – compreendidas como “comédias de costumes e gêneros aparentados” – buscando aproximação com a fala espontânea –, escritas entre 1844 e 1992, por autores cariocas ou que viveram no Rio de Janeiro durante a maior parte de suas vidas. Foram agrupadas em 7 períodos⁴⁸ (segundo a mesma classificação adotada por Duarte 1993), conforme o quadro⁴⁹ 1 abaixo:

Período I	Período II	Período III	Período IV	Período V	Período VI	Período VII
1845 - 1860	1870 – 1889	1899 - 1920	1933 - 1945	1953 – 1967	1975 - 1984	1990 – 1992

Quadro 1: Relação das peças teatrais brasileiras e sua distribuição em períodos de tempo

46 De fato, há certa mudança semântica dada a alternância dos verbos, sobretudo considerando que os três itens não correspondem ao mesmo tipo de categoria. Entretanto, para obter dados que permitam a análise, foi necessário desconsiderar tal distinção e selecionar as sentenças em que a entrada dessa ou daquela forma verbal não gerasse a agramaticalidade da sentença e que produzisse um sentido mais aproximado ao da “existência pura”, que assumimos ser aquela veiculada pelo verbo *existir*.

47 Não foram levadas em conta sentenças em que os verbos não constituem uma opção, como “Teve/*Houve/*Existiu macarrão no almoço”, ou quando formam expressões mais ou menos fixas e expressões cristalizadas, como “Não *há*/**tem*/**existem* vagas”, ou ainda aquelas que ocorrem de igual maneira no PB e no PE, com a posição de sujeito preenchida ou vazia, como “Isso não *tem* dúvida. / Não *há*/*existe* dúvida nisso.

48 A peças utilizadas foram as seguintes: O namorador ou a noite de São João (1844), O noviço (1945), As casadas solteiras (1945), Quem casa quer casa (1945), O judas em sábado de aleluia (1946), Os irmãos das almas (1947) e O juiz de paz da roça (1948), de Martins Pena; O primo da Califórnia (1855) e Luxo e vaidade (1860), de Joaquim Manuel de Macedo; O demônio familiar (1857), de José de Alencar; O defeito de família (1870), Amor com amor se paga (1870), O tipo brasileiro (1882), Como se fazia um deputado (1882), Caiu o ministério (1883), Maldita parentela (1887), Maldita parentela (1887), de França Jr.; O bote de rapé (1878), Não consulte o médico (1899) e Lição de botânica (1906), de Machado de Assis; O mambembe (1904), de Arthur de Azevedo; O simpático Jeremias (1918), Onde canta o sabiá (1920) e A inquilina de Botafogo (1920), de Gastão Tojeiro; O troféu (1933), A patroa (1933) e O hóspede do quarto nº 2 (1937), de Armando Gonzaga, A vida tem três andares (1938), de Humberto Cunha; A Ladra (1942), de Silvino Lopes; Uma mulher em três atos (1953), Do tamanho de um defunto (1955), Um elefante no caos (1955), Bonito como um deus (1955), e Os órfãos de Jânio (1979), de Millôr Fernandes; Pedro Mico (1954) e O colar de coral (1954), de Antônio Callado; O santo milagroso (1963), de Lauro Cesar Muniz; A mulher integral (1975) e Confidências de um espermatozoide careca (1984), de Carlos Eduardo Novaes; O último carro ou as 14 estações (1976), de João da Neves; A partilha (1990), No coração do Brasil (1992) e Como encher um biquini selvagem (1992), de Miguel Falabella.

49 A distribuição do número de peças por período não é uniforme, o que se deve ao fato de que as peças dos primeiros períodos são, em geral, mais curtas, levando à necessidade de analisar um número maior de peças para que se pudesse chegar a um número de dados minimamente significativo. Foram utilizados dados de peças de mais de um autor por período, uma vez que isso evita que os dados correspondam apenas a uma gramática em particular. Outro aspecto que deve ser levado em conta é o fato de que os dados ilustrarão fenômenos que refletem aspectos estruturais – tanto da Gramática Nuclear, quanto da sua contraparte periférica – específicos de cada autor, frutos de seus processos particulares de aquisição/aprendizagem da linguagem. Então, é com base no modo como a mudança de dissemina pela comunidade de fala (LIGHTFOOT, 1999) que os resultados poderão apenas indicar uma possibilidade de que teria ocorrido no sistema do PB ao longo dos séc. XIX e XX quanto ao fenômeno em análise.

Para o processamento quantitativo dos dados, foi utilizado o pacote de programas VARBRUL (PINTZUK,1988). Como nosso objetivo neste ponto é verificar se a hipótese de Avelar (2006) se aplica aos dados coletados, estes foram codificados de acordo com os mesmos grupos de fatores indicados em Callou e Avelar (2000) e Avelar (2006), mas, no presente trabalho, limitamo-nos a analisar as frequências gerais, o tempo verbal e o traço semântico do argumento interno.

3.2.1 Resultados gerais

Na amostra de peças brasileiras, foram computadas 986 sentenças, das quais 649 exibiam o verbo *haver*, 290, o verbo *ter* e apenas 47, o verbo *existir*. O gráfico 1 e abaixo mostra a distribuição dos usos dos três verbos ao longo dos 7 períodos:

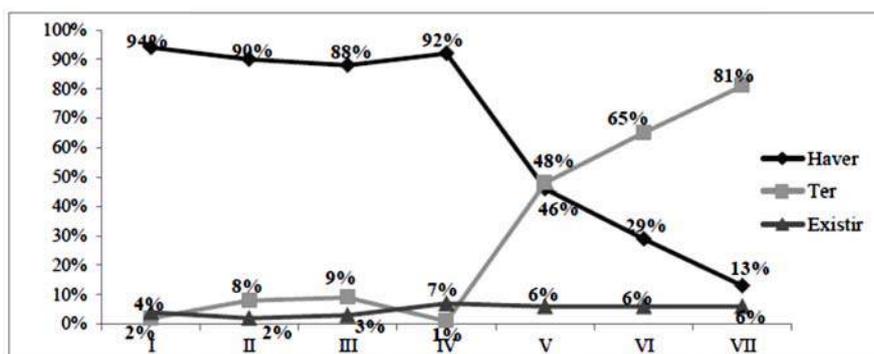


Gráfico 1: Distribuição de *haver*, *ter* e *existir* ao longo dos 7 períodos de tempo (PB)

Como se observa, as frequências de uso de *haver*, nos quatro primeiros períodos, ou seja, até os anos 30 do século XX, revelam índices bastantes altos, acima da casa dos 90%, enquanto os períodos 5, 6 e 7, que compreendem peças escritas a partir dos anos 1950, demonstram o declínio dessa forma. Em situação diametralmente oposta, encontramos o verbo *ter*, que apresenta inexpressivos índices de ocorrência nos períodos 1, 2, 3 e 4, não atingindo sequer a marca de 10%. É no período 5 que se observa a competição equilibrada entre as duas formas, e, a partir de então, *ter* ultrapassa o uso de *haver*, chegando a 81% no último período. Como se nota, a frequência de *haver* tende a se aproximar da de *existir* no último período. Esses resultados preliminares já evidenciam uma mudança no comportamento dos verbos *haver* e *ter* nos contextos existenciais. Se num primeiro momento os números indicam que *haver* era o verbo existencial prototípico, e *ter* exibia um comportamento mais

marginal nesse contexto, a situação a partir dos anos 70 (período 6) se inverte: *ter* passa a representar a noção de existência numa proporção muito maior que *haver*, que passa a apresentar uma frequência de uso semelhante à de *existir*, que manteve padrões razoavelmente constantes, com percentuais que não chegam a 10%.

Se de fato as ideias apresentadas na seção anterior estão corretas, é de se esperar que a evolução de *ter* existencial tenha acompanhado a mudança no que se refere ao preenchimento do sujeito. Assim, o gráfico 2 a seguir traça um paralelo entre os resultados apresentados acima e aqueles encontrados por Duarte (1993), para a representação do sujeito pronominal.

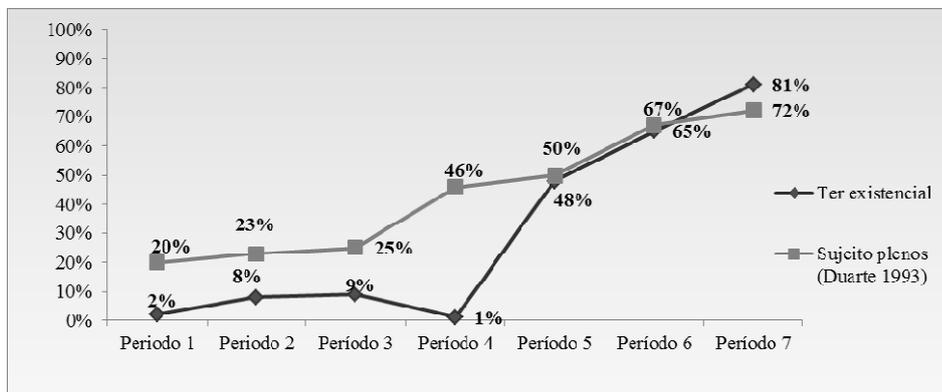


Gráfico 2: Distribuição de *ter* vs. crescimento de sujeitos de referência definida plenos ao longo dos 7 períodos de tempo (PB)

Observe-se que as curvas ascendentes para a implementação de *ter* existencial e do sujeito pronominal expresso seguem paralelas, sempre com o preenchimento do sujeito ocorrendo mais rapidamente do que o uso de *ter*. Percebe-se uma situação de proximidade entre a presença de *ter* existencial e sujeitos plenos nos três primeiros períodos: os percentuais de sujeitos plenos ainda são muito baixos, entre 20% e 25%, do mesmo modo que os índices de *ter* existencial, que ficam entre 2% e 9%. Desse modo, a baixa frequência de sujeitos plenos mostra que o sistema ainda tem a capacidade de licenciar/interpretar a categoria vazia na posição estrutural de sujeito. Isso possibilita que sentenças com *ter* e sujeito nulo ainda sejam interpretadas como possessivas. Contudo, se as idéias apresentadas até aqui estiverem corretas, com as modificações no quadro pronominal e a consequente redução do paradigma verbal – primeiro, com a entrada do pronome *você* entre o período III e o período IV; e depois com a competição entre o pronome *nós* e a forma nominal *a gente*, entre os períodos V e VI – a perda da capacidade de interpretar a combinação *ter* + sujeito nulo como posse faz avançar o uso de *ter* existencial. Assim, parece aceitável pensar que, enquanto os indivíduos mais

velhos continuam produzindo sentenças possessivas com *ter* e sujeito nulo, as gerações mais jovens passam a reanalizá-las, interpretando-as como existenciais.

Outro fator contribui para caracterizar o processo descrito acima. No último período, dois dados com *haver*, ilustrados em (4) e (5) a seguir chamam a atenção, pelo fato de que o primeiro aparece na fala da personagem mais velha e o segundo, na do personagem mais escolarizado.

(4) No caso dela ***ia haver*** uma multidão [de homens, de namorados, de amantes] na plataforma! (*No coração do Brasil*, Miguel Falabella, 1992)

(5) Era como se ***houvesse*** uma armadilha me esperando [...] (*No coração do Brasil*, Miguel Falabella, 1992)

Reforçando as ideias de Avelar (2006) sobre as ocorrências de *haver* entre os falantes mais jovens, os usos de *haver* referidos nos exemplos acima podem ser um reflexo da recuperação parcial de aspectos da gramática de uma sincronia passada, através do processo de letramento (pelo qual, de diferentes modos, os dois personagens passaram).

Passemos a examinar, seguindo as diretrizes de Avelar (2006), o dois contextos linguísticos que sugerem a especialização do uso de *haver*: o tempo verbal e o traço semântico do argumento interno, com vistas a confirmar a especialização do uso de *haver*.

Com o objetivo de verificar se a hipótese de Avelar (2006) – com base em Callou e Avelar (2000), de que o tempo verbal que favoreceria o uso de *haver* é o pretérito perfeito, vejamos a análise desse grupo de fator nos três últimos períodos, momento em que *ter* passa a suplantiar *haver* em termos de frequência de uso. Mesmo que os dados não correspondam ao momento exato em que a substituição se dá, os resultados apontam para o fato de que até o período IV, *haver* exibia comportamento de ***categoria funcional***, o que pressupõe uma distribuição uniforme no que se refere ao tempo verbal.

Observando todos os dados, tanto de *ter*, quanto de *haver*, considerando o quantitativo geral dos três períodos, o presente é o tempo verbal que concentra o maior número de dados. Na verdade, vale observar que sentenças no presente, sejam elas existenciais ou não, serão de fato mais recorrentes no gênero textual em questão, dado que, numa peça teatral, as falas e as ações ocorrem simultaneamente. Veja-se, agora, o gráfico 4 abaixo:

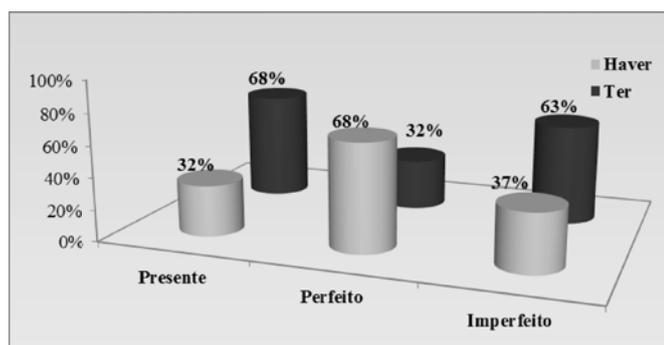


Gráfico 4: Distribuição de *ter* e *haver* pelos tempos verbais nos três últimos períodos (PB)

A distribuição que se encontra quando comparados os números de *ter* e *haver*, conforme mostra o gráfico 4 acima, é semelhante ao que Callou e Avelar (2000) encontram para a fala culta carioca. Aqui se pode notar que o percentual de *haver* no pretérito perfeito é bastante superior ao de *ter*, chegando a 68% contra 32%, faixa semelhante àquela encontrada pelos autores. Por outro lado, no presente e no pretérito imperfeito, *ter* suplanta *haver*, também com percentuais da mesma ordem de grandeza em relação aos dados de Callou e Avelar (2000).

Visto isso, os dados permitem compreender que, embora o tipo de texto usado para constituir a amostra não privilegie o aparecimento de sequências narrativas, quando isso ocorre, de fato, os maiores percentuais são os de *haver*. Isso parece sugerir que, de algum modo, *haver* estaria associado ao discurso narrativo, encontrando assim, um ambiente discursivo de resistência, sempre levando em conta que esse uso está associado às faixas etárias mais altas.

O segundo aspecto focalizado aqui diz respeito ao traço semântico do seu argumento interno. Segundo analisou Avelar (2006), *haver* aparece mais comumente associado aos traços semânticos “menos materiais”, como é o caso do traço [+abstrato] e [+evento]. Se isso é verdade, na medida em que vai deixando de ser um *verbo existencial funcional*, *haver* vai deixando de aparecer nos contextos em que seu argumento interno exhibe um conteúdo nocional concreto, como é o caso do traço [+animado], [+inanimado] e [+espaço].

Assim, *ter* deveria ter encontrado nesses ambientes linguísticos um terreno fértil para a sua implementação, espreado-se para os outros contextos na medida em que se torna o verbo existencial prototípico. Com isso, espera-se, de acordo com os resultados

apresentados até aqui, que isso tenha acontecido a partir da segunda metade do séc. XX, que corresponde ao quinto período.

Analisamos, portanto, as ocorrências de *ter* nos três primeiros períodos e *haver* nos três últimos, no que se refere ao traço semântico de seu argumento interno. O conteúdo semântico dos argumentos internos dos verbos foram classificados como [+animado], [+material], [+abstrato], [+evento] e [+lugar], de acordo com as tabelas 1 e 1 abaixo:

Traço semântico	V	VI	VII
[+animado]	22 - 22%	5 - 12%	3 - 27%
[+material]	10 - 10%	2 - 5%	2 - 18%
[+abstrato]	61 - 62%	26 - 63%	6 - 55%
[+evento]	4 - 4%	6 - 15%	-
[+lugar]	2 - 2%	2 - 5%	-
Total	99 - 100%	41 - 100%	11 - 100%

Tabela 1: Traço semântico do argumento interno através dos três últimos períodos – verbo *haver*

Traço semântico	I	II	III
[+animado]	3 - 75%	3 - 30%	2 - 17%
[+material]	-	3 - 30%	3 - 25%
[+abstrato]	1 - 25%	4 - 40%	5 - 41%
[+evento]	-	-	-
[+lugar]	-	-	2 - 17%
Total	4 - 100%	10 - 100%	12 - 100%

Tabela 2: Traço semântico do argumento interno através dos três últimos períodos – verbo *ter*

A análise da tabela 1 permite notar que em todos os três períodos, o traço [+abstrato], exemplificado em (6) abaixo, aparece com os maiores percentuais, chegando à casa dos 60% nos períodos V e VI e 55% no período VII. Se somado com o traço [+evento], ilustrado em (7), também caracterizado como abstrato, os números são ainda maiores: 66% no período V e 78% no período VI.

(6) ***Há diferença de cromossomos.*** (*A Mulher Integral*, Carlos Eduardo Novaes, 1975)

(7) No entanto, nunca ***houve tanto divórcio, tanta separação*** como agora. (*A Mulher Integral*, Carlos Eduardo Novaes, 1975)

Esse resultado confirma o que foi observado por Callou e Avelar (2000) e Avelar (2006) para a fala culta, e colabora para reforçar a ideia de que o traço semântico [+abstrato] seria um contexto de resistência de *haver*.

Observando a tabela 2 acima, é possível notar que a situação prevista se confirma: *ter* parece mesmo se implementar no lugar de *haver* nos contextos em que este verbo vai desaparecendo, isto é, quando seus argumentos internos apresentam traços semânticos ligados à noção material. No período I, por exemplo, em que foram encontradas apenas 4 ocorrências de *ter* existencial, três delas estão associadas a um argumento interno com o traço [+animado]. A situação que se observa nos dois outros períodos é interessante: conforme se implementa no sistema nas construções existências, *ter* passa a invadir todos os contextos, independentemente do traço de seu argumento interno. É isso que a leitura da tabela 2 sugere: a distância entre os dados de argumentos com traços do tipo material em oposição aos com os traços do tipo abstrato vai diminuindo com o passar do tempo, gerando o equilíbrio que se verifica no período III, quando se compara, de um lado, os traços [+animado], ilustrado em (8), [+material], ilustrado em (9), e [+lugar], ilustrado em (10):

(8) ***Tem uma amiga minha*** que disse que vai me arrumar preu ser revendedora da Avon (*No coração do Brasil*, Miguel Falabella, 1992)

(9) É. Mas durante a noite refresca um pouco mais, porque ***tem água*** em abundância. (*Um elefante no caos*, Millôr Fernandes, 1955)

(10) E ***tem o quarto da empregada***, lá fora. (*Um elefante no caos*, Millôr Fernandes, 1955)

4. Considerações finais

A análise dos dados diacrônicos das peças teatrais mostrou, justamente, o aumento do uso de *ter* ao longo do tempo e o decréscimo do uso de *haver*, chegando a índices semelhantes aos de *existir*, no PB. Outro ponto relevante é que se confirmou a hipótese sobre a possibilidade de que os percentuais de *ter* existencial aumentassem paralelamente ao aumento de sujeitos de referência definida expressos. Quanto ao uso de *haver*, a análise mostrou que essa forma parece se especializar em determinados contextos, como é o caso das sequências narrativas com verbos no pretérito perfeito e de argumentos internos com traços “mais abstratos”.

Dessa maneira, parece possível afirmar que, se por um lado, verbos como *existir*, por exemplo, não estão em competição com *ter* pela representação da existência, já que estamos diante de verbos que representam duas categorias diferentes, também é essa a

situação que se verifica entre *ter* e *haver* no PB contemporâneo: se outrora foi possível tratar *haver* e *ter* em termos de variação, hoje isso já não parece mais possível.

A situação que se tem hoje no PB parece ainda propiciar o surgimento de um tipo de estrutura inovadora em relação ao PE: as sentenças existenciais de tópico-sujeito, como se vê (11b) e (12b) abaixo.

(11) a. Tem gente na porta do banco.

b. O banco tem gente na porta.

(12) a. Tem gente fora do banco.

b. O banco tem gente fora.

Para essas estruturas, a autora apresenta uma proposta de derivação, que ainda carece de refinamento teórico. A análise das propriedades das sentenças existenciais de tópico-sujeito e a verificação de um possível quadro de variação entre elas e as estruturas existenciais com *ter* constituem para nós uma agenda de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Avelar, J. O. 2006. De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de *HAVER* no português brasileiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: PUC-RS, v. 143, p. 49-74.

_____. e Callou, D. 2007. Sobre a emergência do verbo possessivo em contextos existenciais na história do português. In: Castilho, A. *et. al.* (Org.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, p. 375-402.

Belletti, A. 1988. The case of unaccusatives. In: *Linguistic Inquiry* 19(1), p.1-34.

Callou, D. e Avelar, J. O. 2000. Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. *Gragoatá* 9, p. 85-100.

_____. e Avelar, J. O. 2002. Estruturas com *ter* e *haver* em anúncios do século XIX. In: Alkmin, T. (org.). *Para a história do português brasileiro*. Vol. III. São Paulo, Humanitas/USP, 2002. p. 47-67.

Clark, E. e Roberts, I. 1993. A computational model of language learnability and language change. *Linguistic Inquiry* 24, p. 294-345.

Chomsky, N. 1995. *The minimalist program*. Cambridge, MA: The MIT Press.

Duarte, M. E. L. 1993. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: Roberts, I. & Kato M. (Org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora. da UNICAMP, p. 107-128.

_____. 1995. *A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro*. Tese de Doutorado. Campinas: IEL/Unicamp.

_____. 2013. O sujeito expletivo e as construções existenciais. In: Roncarati, C. & Abraçado, J. (orgs.) *Português brasileiro – contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 123-131.

_____. 2008. O sujeito de referência indeterminada em sentenças infinitivas. *Revista do GEL* (Araraquara), v. 5, p. 9-30.

Embick, D. e Noyer, R. 2003. *Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface*. Ms.

Ferreira, M. 2000. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IEL/Unicamp.

Galves, C. 1987. A sintaxe do português brasileiro. *Ensaio de Linguística* 13, p. 31-50.

Hale, K. e Keyser, J. 1993. On argument structure and the lexical representation of syntactic relations. In: _____. *The View from Building 20*. Cambridge: MIT Press, p.53 -110.

Halle, M. e Marantz, A. 1993. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K. & KEYSER, Jay. *The View from Building 20*. Cambridge: MIT Press, p.111-176.

Harley, H. e Noyer, R. 2003. Distributed Morphology. In: CHENG, L. & SYBESMA, R. (orgs.). *The second Glot International*. Mouton de Gruyter.

Labov, William. 1994. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell.

Lasnik, H. 1995. Case and expletives revisited: on Greed and other human failings. *Linguistic Inquiry*, 26.

Lightfoot, David. 1999. Gradualism and Catastrophes. In: *The development of language acquisition, change and evolution*. Malden, Mass; Blackwell.

MARINS, Juliana Esposito. 2009. *O Parâmetro do Sujeito Nulo: uma análise contrastiva entre o português e o italiano*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ - FL.

_____. 2013. *As repercussões na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo: um estudo diacrônico das sentenças existenciais com ter e haver no PB e no PE*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ - FL.

PINTZUK, Susan. *VARBRUL programs*. 1988.

SOARES DA SILVA, Humberto. 2006. *O Parâmetro do Sujeito Nulo: confronto entre o português e o espanhol*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ.

_____. 2011. *Evidências da mudança paramétrica em dados da língua-E: o sujeito pronominal no português e no espanhol*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.

VIOTTI, Evani. 1999. *A sintaxe das sentenças existenciais no português do Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.